

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

TATIANA FREIRE DA SILVA

**TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL:
subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social**

**FRANCA
2013**

TATIANA FREIRE DA SILVA

TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL:

subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

FRANCA

2013

Silva, Tatiana Freire da

Teoria e prática no serviço social : subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social / Tatiana Freire da Silva. –Franca : [s.n.], 2013
85 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. Serviço social – Prática profissional. 2. Serviço social – Orientação profissional. 3. Serviço social como profissão. I. Título.

CDD – 361.0023

TATIANA FREIRE DA SILVA

TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL:

subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

1º Examinador: _____
Profª Drª Onilda Alves do Carmo - FCHS/Unesp

2º Examinador: _____
Profª Drª Maria Manoela Centeno Carvalho Valença

Franca, 11 de Junho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Ao Profº Drº José Fernando Siqueira da Silva, orientador desta dissertação, pela privilégio de contar com a sua orientação, ainda pelo incentivo, confiança e pelos ensinamentos, sem o qual não teria sido possível concretizar este sonho.

A Profª Drª Raquel Santos Sant'Ana e a Profª Drª Onilda Alves do Carmo, pelas contribuições no exame de qualificação que contribuíram qualitativamente para a elaboração desta dissertação

Aos docentes que aceitaram fazer parte da banca examinadora e contribuíram com novos ensinamentos e críticas.

À amiga Anita P. Ferraz, desde o primeiro ano, pela acolhida, pelas conversas, pelo apoio e carinho. Admiro muito você. Muito obrigada!

Às assistentes sociais que participaram da pesquisa, pela disponibilidade e por compartilhar ideias e enriquecer este estudo.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Sertãozinho, em especial à Elaine de Barros Bueno, pelo incentivo no início desta caminhada, à Natália Guardenghi S. Saran, pelas conversas e reflexões sobre nosso cotidiano profissional, e por fim, a toda Equipe do CREAS (ano de 2010 e 2011), que muito convivi e aprendi. Obrigada!

Em especial aos meus pais, Albertina e José Manoel, pelo apoio e compreensão de sempre. Amo Vocês!

Ao Thiago, pelo companheirismo de todos os dias. Como você minha vida ganhou um novo e mágico sentido. Amo Você!

A todos os amigos e familiares que estiveram comigo durante esta caminhada e, em especial a Gisele Denadai, pelo apoio e pela transcrição das entrevistas. Obrigada!

Enfim, a todos que contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

Aqui, pelo contrário, não se “constrói” um objeto; a teoria, na perspectiva marxiana, na verdade, “reconstrói o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o *produto teórico* por excelência, é [nesta perspectiva] *uma reprodução ideal de um processo real*” (PAULO NETTO, 1989:143 apud MONTAÑO, 2011, p. 177).

SILVA, Tatiana Freire da. **Teoria e prática no Serviço Social:** subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013;

RESUMO

Na atualidade são inúmeros os desafios impostos ao Serviço Social que acabam limitando e impossibilitando o exercício profissional do assistente social. Partindo deste pressuposto e, valendo de uma perspectiva crítica e de totalidade, buscamos identificar quais são as contradições e os desafios para o desenvolvimento do exercício profissional dos assistentes sociais que atuam na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Sertãozinho/SP, tendo como base o referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social, disposições estas necessárias à uma intervenção profissional qualificada e diferenciada de ações meramente assistencialistas e filantrópicas. Para tanto, o trabalho ora apresentado discutiu com assistentes sociais, qual a concepção de teoria e prática profissional, analisou a apreensão dos profissionais acerca da “dicotomia/distanciamento” entre a teoria e a prática e investigou as estratégias criadas por estes assistentes social para a superação dos desafios encontrados. Consideramos a construção histórica da profissão e das Políticas Sociais Brasileiras no cenário político, econômico e social, que acaba estabelecendo as bases materiais do trabalho deste profissional, embora este possua uma relativa autonomia profissional no exercício de suas atribuições. Apontamos, assim, que esta categoria profissional necessita ter maior clareza sobre o referencial teórico metodológico da profissão e ético-político como aspectos importantes à atuação do assistente social, capazes de promoverem a mediação entre a teoria e prática.

Palavras-chave: teoria. prática. projeto ético-político. assistente social. trabalho profissional.

SILVA, Tatiana Freire's. **Theory and practice of Service Work**: subsidies for reflection on the professional social worker and the affirmation of the ethical-political project of Social Work. 2013. 85 p. Master Thesis (Master of Social Work) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

ABSTRACT

Nowadays there are numerous challenges to the Social Services that end up limiting and preventing the professional social worker. Under this assumption and, using a critical perspective and all, we seek to identify what are the contradictions and challenges for the development of the professional practice of social workers in the Department of Social Development and Citizenship of the Municipality of Sertãozinho / SP, based on the theoretical and methodological, technical, operational and ethical-political Social Service, this intervention is necessary to be done by a qualified and differentiated professional of merely philanthropic and welfare actions. Thus, the work presented discussed with social workers, which is the conception of theory and professional practice, analyzed the apprehension of professionals about the "dichotomy / gap" between theory and practice and investigated the strategies created by these social workers to overcome the challenges found. Consider the historical of the profession and the Brazilian Social Policy in political, economic and social, which ends up establishing the material basis of the work of this professional, although this has a relative autonomy in the performance of their duties. We point so that this occupation category is significant to have clarity approaching the theoretical framework of the profession and ethical-political action as necessary instruments for the social worker, capable of mediating between theory and practice.

Keywords: theory. practice. project ethical-political. social worker. professional work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 PARTE 1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FUNDAMENTOS E LEGITIMAÇÃO	 20
1.1 Problematisações sobre o processo de formação e desenvolvimento do Serviço Social no capitalismo	21
1.2 O processo de institucionalização e de legitimação do Serviço Social no Brasil.....	26
1.3 Transformações societárias e Serviço Social: desafios atuais	32
 PARTE 2 INQUIETAÇÕES PARA UM DEBATE COMPROMETIDO COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	 37
2.1 O processo educativo/formativo profissional no Serviço Social: subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social	38
2.2 Quem são os sujeitos atendidos pela Política de Assistência Social?	45
2.3 Os subsídios necessários à prática profissional do assistente social	49
2.4 Os propósitos do trabalho profissional do assistente social	53
2.5 Sobre a Política de Assistência Social no cenário brasileiro e seus reflexos no trabalho desenvolvido pelo Município de Sertãozinho	56
2.6 A profissão no atual cenário brasileiro	60

2.7 Sobre a relação entre teoria e prática e o exercício profissional do assistente social	62
2.8 Sobre a dimensão ético-política do Serviço Social.....	67
2.9 Sobre a importância das experiências de capacitação profissional	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIA	77
APÊNDICES	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	84
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	85

INTRODUÇÃO

Apresentamos, antes de mais nada, o momento em que tudo deu início e que é também nosso começo pela trilha da aprendizagem e do conhecimento: o término da graduação¹. Ingressar num curso de nível superior significou, acima de tudo, contato com a pesquisa e seu reconhecimento como instrumento necessário para a atuação profissional do assistente social, além de subsidiar melhor a apreensão da realidade e suas contradições. Sem dúvida, este reconhecimento nos acompanhou e ainda é motivo de inquietações diárias no exercício profissional.

Após os quatro anos de graduação, nossa colocação no mercado de trabalho não foi distinta de todos os trabalhadores que buscam uma ocupação. Ingressamos sob condições precarizadas no mundo do trabalho, determinadas pelas condições dos empregadores, que impõem exigências trabalhistas cada dia mais flexibilizadas. Seguindo regra geral, nossa inserção no mercado de trabalho trilhou os ditames em voga, qual seja, um processo seletivo para preenchimento de vaga para Assistente Social *com contrato de trabalho por prazo determinado de dois anos* para atuação profissional, trabalho este exercido na Prefeitura Municipal de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Cabe esclarecer que durante a vigência do Contrato de Trabalho junto a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, nosso exercício profissional foi desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Durante o período que compreendeu nossa intervenção profissional, a equipe era composta por doze profissionais, sendo uma coordenadora e um motorista, os únicos concursados, dois profissionais (assistente social e psicóloga) sob o regime de contrato temporário e os demais integrantes da equipe (dois educadores sociais, duas recepcionista, dois assistentes sociais, dois psicólogos e uma auxiliar de serviço gerais), todos contratados inicialmente por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (*Oscip*). Tal organização, após fechamento devido irregularidades, demitiu todos os profissionais que foram contratados por uma Organizações Não Governamentais (ONG), podendo assim continuar prestando serviço junto a Prefeitura Municipal de Sertãozinho².

¹ Ingressamos no ano de 2005 na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp-câmpus de Franca/SP, e concluímos o curso Bacharel em Serviço Social, no ano de 2008.

² Durante o processo de transição na forma de contrato de trabalho dos profissionais acima citados, acompanhamos os momentos de incerteza pelo qual passaram, sem saber o que iria acontecer, tanto no que diz respeito a finalização do contrato (rescisão), bem como sem saber se seriam novamente contratados. No início de Janeiro de 2013, encontramos com estes profissionais que relataram novamente vivenciar novo momento de incerteza, devido a mudança na administração pública municipal, o que levaria a possíveis mudanças no quadro de funcionários (demissões).

Assim começamos nossa trajetória profissional e naturalmente o cotidiano profissional tornou visível embates, limites e possibilidades para a realização do trabalho. Nesse momento efervescente, surgiram inúmeros questionamentos e inquietações profundas sob o exercício profissional do assistente social, sendo que esses pressupostos se somaram à nossa pretensão por um curso de pós-graduação, sem nunca deixar de lado nossa dedicação pela busca da afirmação da identidade profissional por meio de ações que buscaram “ultrapassar” ações meramente rotineiras, tarefas e burocratizadas.

Delineada, deste modo, os momentos iniciais de experiência profissional derivaram na busca por um curso de mestrado que foi iniciado no ano de 2010, com percurso marcado por momentos de dificuldades e enormes desafios à concretização dessa dissertação. Cabe nesse momento ressaltar que a perseverança contribuiu para superar a primeira dificuldade que foi o cumprimento dos créditos em disciplinas e também das atividades extras, pois foi preciso conciliar o trabalho com a *carga horária semanal de 40 horas*³, estudo e distância de 120 km entre as cidades de Sertãozinho e Franca.

Os anos posteriores até os dias atuais não se mostraram diferentes com relação às dificuldades para a realização da dissertação, fato que comprometeu seriamente a qualidade da obra apresentada. Citamos também que com o término do Contrato de Trabalho junto a Prefeitura de Sertãozinho/SP, em julho de 2011, passamos pela necessidade urgente de uma nova colocação profissional, condição imprescindível à nossa subsistência, uma vez que não tivemos direito ao seguro desemprego, nem ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Sendo assim, dedicamos tempo e esforço para realização de inúmeros concursos públicos.

Nesse trajeto, obtivemos Bolsa de Pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o que permitiu maior dedicação ao mestrado, pois havia a segurança financeira mensal pelo prazo de um ano. Mesmo assim, continuou existindo, todavia, nossa preocupação quanto à necessidade de um trabalho mais seguro, o que exigiu maior preparação e estudo visando a participação em concursos públicos, estudos esses que acabamos

³ Destacamos que nossa liberação para frequentar a faculdade, somente foi possível com a ampliação da carga horária de trabalho diária para compensar os dias de aulas e atividades na faculdade, além de trabalhar aos sábados e realizar atividades diversas sempre que houvesse eventos desenvolvidos pela gestão municipal, uma vez que não havia nenhum programa de incentivo aos servidores municipais para a qualificação profissional.

priorizando em detrimento do mestrado. Sendo assim, esse enredo foi definindo nossa trajetória acadêmica, impossibilitando que fosse integral nosso tempo à realização da pesquisa de mestrado, resultando na suspensão da matrícula na pós-graduação, inicialmente por 180 dias e posteriormente por mais 90 dias.

Com a aprovação em diversos concursos públicos⁴, em maio de 2012 fomos convocados para assumir o cargo de Assistente Social na prefeitura de Pontal/SP e em Outubro de 2012 para trabalhar na Prefeitura Municipal de Cravinhos/SP. Entretanto, nesse trajeto, são incontáveis os percalços: no mês de dezembro de 2012, o surgimento de denúncias de fraudes na realização do Concurso Público da cidade de Pontal/SP, causou inúmeros transtornos, inquietações e como saldo, nosso “esgotamento” físico, mental e emocional, pois novamente a “incerteza” se colocou como pano de fundo, concomitante ao prazo para a conclusão do mestrado se exaurindo lentamente.

Pouco tempo para pensar e decisão urgente para ser tomada, logo percebemos e sentimos os efeitos da árdua jornada de trabalhos dificultada ainda mais pela distância entre as cidades, a insegurança quanto ao Concurso de Pontal e principalmente pela “impossibilidade” de concluir a dissertação de mestrado, decidimos escolher um único posto de trabalho e solicitamos exoneração na Prefeitura de Pontal, permanecendo apenas com o trabalho na Prefeitura de Cravinhos/SP onde trabalhamos até a presente data por 20 horas semanais.

É importante deixar registrado que todo início de vida profissional não é simples, mas esse contexto certamente permitiu maior maturidade e contribuiu também para afirmar que estamos no caminho certo. Dessa forma, o interesse pela pesquisa apresentada concretamente nessa dissertação, nasceu nos primeiros anos de nossa atuação profissional junto a Prefeitura de Sertãozinho, nos momentos de intervenção profissional e principalmente nos debates com os demais profissionais. Nesse momento surgiu o questionamento sobre a relação teoria e prática (sempre com a ideia de uma teoria que se aplicasse na prática cotidiana), o que parecia totalmente imperceptível, ganhava forma através de uma velho-nova afirmação: “na prática a teoria é outra”. Sem dúvida, durante o processo do mestrado até hoje, com

⁴ Cidades que fomos convocados: Morro Agudo/SP (1ª colocação); Pontal/SP (4ª colocação); Santa Rita do Passa Quatro/SP (3ª colocação); Cravinhos/SP (6ª colocação); Outros Municípios com boa classificação: Dumont/SP (3º lugar); São Joaquim da Barra/SP (6ª colocação).

exercício da pesquisa, das leituras e principalmente da reflexão, concluímos que o tema abordado tem uma contribuição significativa para a profissão.

A conclusão desse trabalho somente foi possível tendo clareza dos objetivos traçados inicialmente, aos quais buscamos alcançar. Sendo assim, identificar as contradições e os desafios para o desenvolvimento do exercício profissional dos assistentes sociais que atuam na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Sertãozinho/SP, tendo como base o referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social, foi definido como objetivo geral. Além disso, elencamos outros itens que nos ajudou a delimitar, orientar a realização da pesquisa: compreender como se dá o exercício profissional, frente aos desafios e possibilidades; conhecer qual a concepção que os profissionais têm de teoria e prática; analisar a apreensão dos profissionais acerca da dicotomia/distanciamento entre a teoria e a prática; e, por fim discutir as estratégias criadas por estes profissionais para superação dos desafios encontrados.

Portanto, a escolha do objeto de estudo, anteriormente ao ingresso no curso de pós-graduação, ou seja, no processo de elaboração do projeto de pesquisa, levamos em consideração nossa realidade profissional, consideramos a importância de pesquisar temas concretos na realidade (meio para identificar as contradições presentes na realidade e etapa fundamental para formular respostas de enfrentamento), bem como sempre tivemos em mente que a realização deste estudo seria um ato político, desprovido de neutralidade. Conforme destaca Bourguignon (2008, p.109, grifo nosso):

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referência perspectiva teórico-metodológica crítica que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão.

Sendo assim, nosso objeto se apresenta dia a dia no exercício profissional do assistente social, o que o torna significativo e atual, pois contribui ao esclarecer que a teoria não é prática e vice versa, nem mesmo que a teoria serve para ser aplicada numa dada realidade a fim de respondê-la, mas sim, apreender que a teoria e a prática são unidades distintas, como será explicado no decorrer deste trabalho. Isso contribui para desmistificar o que se convencionou repetir cotidianamente no âmbito

da atuação profissional: “na prática a teoria é outra!”. Esta menção é utilizada para **desqualificar** o que é aprendido no curso de graduação como algo distante da realidade encontrada pelos profissionais no exercício profissional, visto como a causa da frustração para a grande maioria dos profissionais. Dessa forma, nossa ideia central, no momento que buscamos pelo curso de pós-graduação, seria fomentar essa discussão acerca deste intrigante debate entre os profissionais, pois acreditamos que a medida que a prática profissional passa a ser objeto de indagação e reflexão se constitui momento impar para repensá-la e construir conhecimento.

Para tanto é importante e faz parte de todo processo de pesquisa, enquanto desenvolvimento de atitude investigativa, apreender que a ciência atualmente preocupa-se em desvendar e conhecer a realidade na sua totalidade sob um enfoque teórico (inspirada nele), utilizando, para tanto, um método, um caminho a ser percorrido. Sendo assim, afirma Bourguignon (2008, p.108, grifo nosso):

A categoria particularidade, em sua complexidade e riqueza ontológica, **permite-nos compreender a pesquisa** em sua vinculação orgânica o com a prática profissional. Esta vinculação se constrói no movimento histórico da própria profissão e se constitui como possibilidade de avanço teórico-prático coerente como o projeto ético-político do Serviço Social.

Destarte, a metodologia compreende a etapa da pesquisa em que será definido o caminho a ser percorrido na apreensão da realidade investigada e para a compreensão daquilo que se propor alcançar com os objetivos. Os procedimentos metodológicos reservam a cada pesquisador flexibilidade que possibilita a este, testar e mudar conforme o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, não é algo “enrijecido”, construído e imposto de maneira dogmática. Desta maneira, consideramos a abordagem qualitativa, a metodologia de pesquisa mais adequada, por reconhecer a singularidade do sujeito, permitindo que este se revele por meio de seu discurso e das suas ações vivenciadas cotidianamente.

Diante desta constatação, Triviños (1986, p.129) acrescenta que a “[...] pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência [...]”. Outro dado importante ressalta Martinelli (1999, p.26) sobre a pesquisa qualitativa: “[...] é que esta nunca é feita apenas para o pesquisador, seu sentido é

social, portanto deve retornar ao sujeito [...].” Ademais, este retorno, dos resultados obtidos com a pesquisa, é um dos aspectos éticos fundamentais da investigação, pois os conhecimentos alcançados precisam estar acessíveis a toda a sociedade.

Nesta linha de argumentação esclarecemos que esse estudo foi desenvolvido na cidade de Sertãozinho/SP, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania⁵. Para escolha dos informantes, a Secretaria realizava mensalmente uma reunião com todos os profissionais (momento oportuno para apresentação da pesquisa), o que auxiliou na escolha de oito assistentes sociais, sendo dois de cargo de coordenação. Para tanto, primeiramente explicamos sobre a pesquisa, o objetivo e realizamos uma breve explanação sobre o que seria abordado, para todos os profissionais que estavam presentes na reunião. Em seguida perguntamos para os profissionais quem gostaria de participar, e que precisaríamos contar com 8 informantes. É importante esclarecer ainda, que os profissionais que gentilmente se dispuseram em realizar a pesquisa receberam com antecedência o roteiro de entrevista, ou seja, este procedimento deixou livre o informante e também o pesquisador. Por se tratar de entrevistas semi-estruturada, esse roteiro sofreu adaptações pelo entrevistador no decorrer da coleta dos dados.

Para nortear as entrevistas, as perguntas foram direcionadas especificamente para o cotidiano profissional dos profissionais entrevistados, primeiramente uma breve apresentação, que nos ajudou a conhecer um pouco sobre a formação profissional de cada participante. Em seguida, destacamos a continuação nos estudos, seja pós-graduação ou cursos de capacitação na área do Serviço Social e na sequência, questionamos sobre os propósitos da prática do assistente social, para que pontuassem exemplos, através de experiências profissionais vivenciadas cotidianamente, além é claro de perguntar, quais são os elementos necessários para subsidiar a prática profissional do assistente social na atual conjuntura. Não poderíamos deixar de perguntar às informantes sobre a Política de Assistência Social hoje, e principalmente relacionando a existência ou não dos entraves e ou reflexos à atuação profissional do assistente social, pedindo que trouxessem

⁵ É atribuição da Secretaria Municipal Assistência Social, a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), nos municípios. As ações priorizam o atendimento dos interesses sociais e aspirações da população em situação de risco social (família, mulheres, idoso, pessoas portadoras de deficiência, população em situação de rua, e a crianças e adolescentes em situação de risco), com a realização das políticas setoriais visando o combate à pobreza, a garantia dos mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências e a universalização dos direitos sociais.

experiências diárias e concretas sobre esse assunto. Para finalizar, perguntamos qual a opinião, sobre teoria e prática, da existência ou não de uma relação entre elas e o trabalho profissional do assistente social, e ainda, se para estes profissionais, de que forma a teoria e prática delimitam e/ou encaminham metodologicamente a intervenção profissional. Finalizamos perguntando sobre, qual seria a dimensão ético-política para o exercício profissional e quais as referências para isso.

De acordo com Queiroz (1991, p. 6), entende-se por entrevista:

A forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais [...] A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador [...] Elas ora fornecem dados originais, ora complementam dados já obtidos de outras fontes. Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de relatos orais, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador.

As entrevistas foram realizadas em seus locais de trabalho, com horário e data acordados com as profissionais. Para tanto, além da entrega do roteiro⁶ para as entrevistas e da assinatura do Termo de Consentimento, utilizamos a técnica da gravação, que permitiu o registro fiel das informações coletadas no momento da entrevista. Sobre essa técnica para o “registro da informação viva” destaca Queiroz (1991, p.75): “[...] além de colher aquilo que se encontra explícito no discurso do informante, ela abre portas para o implícito, seja este o subjetivo, o inconsciente coletivo ou o arquetipal.’

Com esta técnica, esclarece Queiroz (1991, p. 2), tornou possível também manter presente o momento de realização da entrevista, pois ao transcrevê-las retornamos aquele instante e apreendemos mais que respostas, garantida através da narração,

[...] uma vivacidade de que o simples registro no papel da despojava, uma vez que a voz do entrevistado, suas emoções, suas pausas, seu vai-e-vem no que contava constituíam outros dados preciosos para o estudo.

Assim ratificamos que pesquisar significa ultrapassar a simples concepção de coleta e sistematização de dados, que também envolve a observação. A

⁶ O roteiro norteador das entrevistas, pode ser consultado (Apêndice), na parte final da dissertação.

pesquisa se inicia desde “[...] a formulação dos problemas, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados [...]”, conforme elucidado por Gil (1999, p.110), desempenhando um importante papel para a pesquisa científica. Estes procedimentos pertinentes à investigação, inclui também a devolução do material transcrito para os informantes, etapa de conferência seguida pela posteriormente da análise e interpretação das entrevistas obtidas, que significa “[...] compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto e latente, as significações explícitas e ocultas”, no entendimento de Chizzotti (1995, p. 98). Além disso, acreditamos que pesquisar é fundamental e parte integrante da formação profissional, exige rigor teórico, métodos e técnicas adequadas, contribuindo na formulação de estratégias que superem um trabalho pautado no cumprimento de rotinas, comprometido com o desvendamento do real.

Considerando a persistência da dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social, dedicamos máximo esforço no estudo sobre este debate, que é com certeza de grande interesse para a categoria profissional dos assistentes sociais, uma vez que pesquisar com objetivo de construir um novo conhecimento exige “[...] determinados requisitos, elementos básicos e indicações de procedimentos que orientam seu processo de planejamento e execução”, como afirma Alcoforado (2009, p. 721).

Destacamos que a construção de metodologia de investigação tem como objetivo, de acordo com Bourguignon (2008, p. 144-145):

[...] estabelecer um tipo de relação com esses sujeitos, que pode ter diferentes facetas teóricas – fundamentadas pela teoria social crítica que nos alimenta –, naturalmente orientadas por nossos objetivos de investigação e pela natureza de nosso objeto de estudo. Portanto, a relação com o sujeito eleito para participar de nossa pesquisa não é ocasional, ingênua, é definida pelo que se pretende elaborar cientificamente.

Assim, selecionamos os conteúdos apresentados na entrevistas de acordo com os temas em comum com o objetivo de propiciar uma melhor apreensão e visualização da discussão a que o trabalho se propõe. Dessa forma, elencamos alguns eixos estruturantes, não havendo analogia entre a sequência das perguntas do roteiro das entrevistas e a sequência da análise aqui apresentada. Destacamos

que os nomes adotados são fictícios, a fim de manter o sigilo dos profissionais entrevistados. Nossa preocupação é apresentar com maior clareza suas experiências e seus conhecimentos, cuja análise aqui apresentada, contribua com o desenvolvimento de práticas mais qualificadas e, acima de tudo, comprometida ética e politicamente.

Nosso objetivo, com a análise mais sistemática das entrevistas (a seguir apresentada), é também apreender para além daquilo que a singularidade nos mostra de imediato - aparente), a essência do fenômeno, Caso contrário, esta pesquisa seria desnecessária. Por isso, assim como para Bourguignon (2008, p. 145, 171), entendemos que os relatos orais possibilitam “[...] ao sujeito dar sua versão dos fatos – como entende, como vive, sente e enfrenta seu cotidiano [...]”, e aqui, nessa pesquisa, o cotidiano profissional dos assistentes sociais que subsidia a construção de conhecimentos, que precisa “[...] ser sistematizado, problematizado para dar conta das múltiplas determinações presentes na realidade. [...] nesse cotidiano, se faz presente o sujeito/usuário dos serviços.”

Não podemos deixar de ressaltar também, que uma pesquisa, por ter uma relevância social, precisa ultrapassar seu espaço acadêmico e retornar aos sujeitos da pesquisa, com objetivo de potencializar suas competências profissionais, logo, possibilitando transformações reais e possíveis.

Até aqui apresentamos sucintamente nossa trajetória acadêmica, enfatizando quais as condições reais que contribuíram, seja positivamente ou não, para efetivação dessa dissertação. Mostramos, também, de que maneira nossa prática profissional diária influenciou significativamente nossa busca pelo curso de pós-graduação e ainda colaborou para a escolha do objeto de estudo. Seguidamente expusemos passo a passo metodológico da pesquisa, escolha e número dos informantes e aplicação da pesquisa.

Na primeira parte da dissertação pontuamos elementos importantes sobre a gênese do Serviço Social no Brasil, explicitando polêmicas vinculadas ao tema dessa dissertação. Foram recuperados, assim, importantes debates trazidos pelos principais autores da área desvelando quais os desafios atuais enfrentados pela profissão na contemporaneidade, particularmente aqueles relacionadas à formação profissional (nisso a relação teoria e prática).

Seguindo o “fio condutor” rumo ao conhecimento, apresentaremos na segunda parte, o significado da formação profissional, para a categoria profissional do assistente social nos dias atuais, bem como os eixos integrantes de uma formação profissional qualificada, com enfoque para uma formação que tenha sua base sustentada na realidade, enquanto condição à formação intelectual. Finalizamos com a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas.

Por fim, nas considerações finais, ratificamos a importância desse debate para a categoria profissional dos assistentes sociais, materializado pelo estudo e a pesquisa de temas atuais que fazem parte da vida cotidiana.

PARTE 1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FUNDAMENTOS E LEGITIMAÇÃO

1.1 Problematizações sobre o processo de formação e desenvolvimento do Serviço Social no capitalismo

Neste item nos concentraremos em importantes pontos da trajetória histórica de desenvolvimento da profissão, que tem como marco originário um contexto marcadamente determinado pelo conservadorismo e pelo sincretismo que acompanhará sua evolução. Especificamente inserido e determinado pela propagação da ordem burguesa e conseqüentemente pela expansão do capitalismo monopolista, o Serviço Social será instituído e terá sua legitimação enquanto profissão em decorrência desse desenvolvimento, conforme abordaremos inicialmente. Na seção posterior buscamos, objetivamente, identificar as particularidades da institucionalização da profissão encerrando essa primeira parte com a apresentação de alguns desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade, advindo das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram ao longo dos anos até os dias atuais.

Partindo das proposições elencadas, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é tema primordial ao que pretendemos apresentar: a formação histórica e a gênese do Serviço Social. Sabidamente, o surgimento do capitalismo no fim do século XV e começo do século XVI, transformou significativamente as técnicas de produção das relações sociais e ainda a forma de apropriação dos bens produzidos alcançando seu ápice de desenvolvimento no final do século XVIII e XIX com a revolução industrial. Isso trouxe como característica marcante a transformação do trabalho, com a expulsão do campo para cidade de grande parcela da população que passa a vender sua força de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência. Silva (2010, p.13), explica:

[...] na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser, em grande medida, uma realização humana, no sentido ontológico, concreto, transformando-se no trabalho coisificado (reificado), alienado-estranhado, abstrato, subjugado ao capital, configurando-se numa forma histórica do trabalho [...].

Compreender como se desenvolveu o modo de produção capitalista é entender, entre tantas coisas, o surgimento da divisão na sociedade em duas classes sociais fundamentais e antagônicas: *os proprietários dos meios de produção*

e os operários que possuem como única propriedade sua força de trabalho. Por conseguinte é preciso compreender, também, quão perverso e acentuado foi o processo de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, que ocasionou uma valorização do mundo das coisas e a desvalorização e miséria do homem, ou seja, nesta dinâmica, o trabalho que é produzido, não produz apenas mercadorias, produz a si mesmo e também o operário enquanto mercadoria. Ocorre, assim, a alienação/estranhamento do trabalhador e do objeto por ele criado. Nas palavras de Paulo Netto (2012, p.95),

A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o operário é desrealizado até à morte pela fome. A objetivação aparece a tal ponto como perda do objeto que o operário é privado dos objetos mais necessários não só a vida como também dos objetos de trabalho. Sim, o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual o operário só pode apoderar-se com o máximo esforço e com as mais irregulares interrupções. A apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o operário produz tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital.

Para entender a magnitude deste processo para a sociabilidade humana, basta percebermos o significado que o trabalho tem para a reprodução da vida humana, uma vez que distintamente de outros seres da natureza: “[...] o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações[...]” que “[...] são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade”, que são aptidões humano-genéricas essenciais a práxis, como explica Marx (apud BARROCO, 2006, p. 26). Entendemos que a práxis corresponde a toda atividade social transformadora, seja da natureza ou de objetos diversos, como também de atividade que transforme o próprio homem, pois quando este realiza ações na natureza transformando-a, produz e transforma a si mesmo.

Dessa forma, o que nos importa até aqui, especificamente, é compreender que o contexto apresentado acima, ou seja, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, se desenvolve e se mantém pela exploração do trabalhador que dá origem a *questão social*, reflexo direto deste processo.

Como lembra Iamamoto (2008, p. 125):

[...] a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e do seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados para as necessidades médias do capital.

A partir desse contexto, surge nova reordenação das relações sociais, com vistas a manutenção da dominação da burguesia. Ocorre também a sucessão do capitalismo industrial pelo capitalismo monopolista que traz como característica marcante a elevada busca de lucro com o controle dos mercados, com destaque para o sistema bancário e creditício. Para tanto, a economia burguesa se sustenta através da acentuada espoliação da “classe que vive do trabalho” submetendo-os a acirrada condições de trabalho e baixos rendimentos, e ainda *descaracterizando qualquer organização políticos-reivindicatórios*. Conta, ainda, com o apoio do Estado que neste momento adequa a economia e a política aos serviços da iniciativa privada e, por consequência, aos preceitos capitalista. Resumidamente, Paulo Netto (2005, p. 23), esclarece que “[...] o capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia.” O mesmo autor destaca (PAULO NETTO, 2005, p.29):

[...] pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

Sendo assim, é visível o descompasso entre o desenvolvimento econômico e social, ou seja, a ampliação de riqueza numa proporção direta à ampliação da miséria do trabalhador exigirá do Estado burguês o desenvolvimento de ações a fim de minimizar as sequelas da “questão social”, propiciando mínimos que garantam a população excedente sem trabalho, meios para a manutenção de sua sobrevivência, sem é claro transparecer as contradições de classe.

O exemplo do que ora apresentamos, no Brasil, na década de 1930, os serviços sociais tinham atuação direcionada essencialmente para o controle dos problemas apresentados, estes decorrentes do sistema capitalista e as ações desenvolvidas “[...] era voltada para a regulação das relações sociais no enfrentamento das sequelas da questão social com atividades voltadas para a educação e orientação sobre moral, higiene, orçamento familiar, etc.” conforme destacado por Silva (2010, p. 27). É importante salientar que o Serviço Social, embora surja no decorrer do desenvolvimento histórico do capitalismo de padrão de acumulação monopolista, quer dizer, estando diretamente relacionada às transformações econômicas, sociais, políticas, suas iniciativas primárias, tem influência marcadamente religiosa, em específico da Igreja Católica no que tange ao recrutamento e a formação direcionada das agentes sociais⁷.

Martinelli (2005, p. 155), esclarece ainda que “[...] tal prática visualizava a assistência como uma forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição dos trabalhadores aos interesses dominantes [...]”, postura que também foi influenciada pelo Positivismo de Augusto Comte. Sobre a influência do bloco católico, no que se refere a história de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, Iamamoto e Carvalho (2005, p. 214) destacam:

O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. Estará assim, profundamente relacionado a esse processo e à ação política e social da Igreja. No plano ideológico, estará embebido de uma doutrina social totalitária; de um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade; de uma terceira via, em que o capitalismo é exorcizado de seu conteúdo liberal; em que este capitalismo transfigurado e recristianizado aparecem como concorrente do socialismo, na luta pela conquista e enquadramento das classes subalternas.

Ainda sobre o processo de desenvolvimento do Serviço Social, tal fato, acima destacado, ocorreu no cenário brasileiro repleto de particularidades exclusivas à sua formação socioeconômica. A industrialização no Brasil ocorrerá, diferentemente da

⁷ O documento elaborado pelo Papa Leão XIII, a Encíclica Rerum Novarum, do ano de 1891, foi um importante instrumento utilizado na época para embasar a formação profissional das agentes sociais devido seu discurso “doutrinário e apologético”, embasado pela teologia moral de São Tomás de Aquino, o neotomismo, conforme elucidação encontrada em Iamamoto e Carvalho (2005, p. 155).

Europeia (já consolidada a partir do século XIX em sua fase industrial), nas décadas de 1910 e 1920, com características próprias, pois avançava e levava consigo traços da formação colonial no Brasil, onde “[...] o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente”, conforme destaque de Yamamoto (2008, p. 128).

Notemos a seguinte afirmativa de Silva (2010, p. 55):

A revolução burguesa brasileira intensifica-se já na chamada primeira república (particularmente entre os anos de 1910 e 1920), mesclando portanto, ímpetus de modernização e resquícios advindos do passado colonial. Sob essas condições marcadas pela produção em larga escala do café com vistas à exportação (contando agora com uma mão de obra assalariada e com fazendeiros negociantes do café – ambos mais adaptados às condições burguesas em ascensão), nasce o parque industrial brasileiro e se constitui a classe operária com forte participação de imigrantes e, em menor número, de negros recém-libertos que foram capazes de acompanhar o processo de modernização em curso.

É importante salientar que todo esse legado, conforme destacamos acima, influenciou o Serviço Social como profissão, esclarecendo que seu surgimento “[...] não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade [...]”, mas que está diretamente “[...] vinculado a dinâmica da ordem monopólica [...]”, segundo Paulo Netto (1992, p. 69). É preciso questionar e debater o alcance dessa influência, os limites, os desafios e as possibilidades postos à profissão. Na próxima seção, continuaremos abordando a gênese do Serviço Social, destacando seu desenvolvimento e sua revisão mais intensa durante Movimento de Reconceituação, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970. Esse marco foi importante para a profissão criando bases para uma maior qualificação do Serviço Social até os dias atuais, processo esse garantido por diversos marcos legais que afirmaram e legitimaram a profissão.

1.2 O processo de institucionalização e de legitimação do Serviço Social no Brasil

Chegamos até aqui resgatando um pouco o processo histórico e o desenvolvimento do modo de produção capitalista até seu estágio monopolista, momento este que a constituição da sociedade burguesia contará com o auxílio do Estado para intervir nas sequelas da “questão social” através de ações “[...] vinculadas ao disciplinamento, à reprodução-preparação da força de trabalho e à manutenção e recuperação-reparação da capacidade para o trabalho [...]”, conforme Silva (2010, p. 57). As condições sociais da época justificaram o estabelecimento do Serviço Social no Brasil, passo fundamental para sua institucionalização enquanto profissão.

Sob a influência doutrinária da Igreja Católica surge, no ano de 1932, na cidade de São Paulo, o primeiro espaço institucional de formação original do Serviço Social: o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que preparava moças para intervir junto a classe operária. Cabe destacar que neste momento histórico não fez parte da formação desses primeiros profissionais qualquer debate ou mesmo referência quanto à formação da sociedade, nem mesmo alguma menção sobre as relações sociais de classe. Conforme afirma Yazbek (2001, p. 15), as ações profissionais observavam um “[...] enfoque individual, psicologizante e moralizador da questão social, e ainda seguia como referencial o pensamento social da Igreja, de cunho humanista conservador e contrário aos ideários liberais e marxistas.” E traziam definição e objetivos determinados, conforme documento de 1933 apresentado no Congresso Dom Vital, sistematizado pelo CEAS e citados por Iamamoto e Carvalho (2005, p. 171):

1º - São campos de observação e de prática para a trabalhadora social, que aí completa e aplica os seus estudos teóricos.

2º - São centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepara-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão.

3º - São núcleos de formação de elite que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também desperta-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhe incumbem nesse terreno.

A importância do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) para a história de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, desse momento em diante, será afirmado pela ampliação e conquistas de novos espaços⁸ para atuação dos profissionais formados nesta tradição. Cabe destacar, também, a criação do Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, no ano de 1939, servindo para legitimar espaços de atuação profissional vinculados ao Estado, que também influenciou na elaboração de um currículo básico de formação acadêmica que culminou com a criação do Instituto de Serviço Social em 1940. Segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p. 179), todo esse processo contribuiu para “[...] um processo de ‘mercantilização’ dos portadores daquela formação técnica especializada, que se traduz em sua transformação em força de trabalho [...]”. Dessa forma, o Serviço Social vai se legitimando a medida que passou a ocupar funções na divisão social e técnica do trabalho. Lembra Silva (2010, p. 60) que esse contexto indicou

[...] o surgimento de um profissional capaz de manipular conhecimentos, procedimentos e técnicas, ainda que com o peso católico e vinculado às elites detentoras da hegemonia formativa e prática da categoria profissional, como atividade paulatinamente legitimada pelo Estado e pelas classes dominantes. Isso exigirá não apenas boa vontade dos profissionais, mas também aprimoramento teórico-metodológico e técnico-operativo [...].

É importante destacar, aqui, a busca por uma teorização capaz de atribuir à profissão um status qualificado. Para isso, os pioneiros da profissão buscaram inspiração no Serviço Social desenvolvido em outros países, passando a adotar modelos importados primeiramente na experiência europeia franco-belga⁹ e, posteriormente, no modelo americano¹⁰ (a partir da década de 1940), motivados principalmente pela fragilidade teórica do Serviço Social e pelo anseio em definir “[...] objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional [...]”, conforme destacou Iamamoto (2000, p. 33).

⁸ Os espaços que nos referimos, estão claramente abordados por Iamamoto e Carvalho (2005), em obra de suma importância para a profissão, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em que foi realizado um estudo aprofundado sobre o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

⁹ A preocupação com a formação profissional aproximou os pioneiros do Serviço Social da influência europeia, com forte tendência doutrinária e autoritária, além do ensino de matérias pertinentes à Assistência Social. Para maior conhecimento, consultar Iamamoto e Carvalho (2005, p. 214-234)

¹⁰ Quanto ao modelo americano, distintamente do europeu, prevaleceu o ensino específico do curso de Serviço Social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p. 214-234), o vínculo entre as escolas brasileiras e instituições e escolas americanas, contou com o amplo apoio da ABESS, na difusão de e homogeneização desse modelo, em todo país.

É importante ressaltar que concomitantemente a busca profissional por uma “teorização” que ultrapassaria décadas (tema central do debate travado no interior do movimento de reconceituação – realizado na América Latina entre 1965 e 1975), a realidade econômica brasileira continuou em constante transformação, a exemplo das mudanças nas relações de trabalho, resultado da aceleração da industrialização e do intenso processo de acumulação capitalista (o que não significou melhoria nas condições de vida dos trabalhadores). Ocorreram, também, mudanças importantes com a incorporação de novos modelos de gestão da produção capitalista mundial: o Fordismo nas décadas de 1950 e 1960 e o Toytismo (a partir dos anos 1970)¹¹, exemplos tardiamente objetivados no Brasil. Sendo assim, o resultado dessas mudanças foi a radicalização da miséria, do desemprego e da violência da grande parcela da população.

Diante desse cenário, o Serviço Social se deparou com diversos dilemas que o levou a repensar a profissão (embora não haja neste momento, uma contextualização com a realidade brasileira) a exemplo da elaboração de dois documentos distintos, porém situados na mestra tradição teórica e complementares: Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Como destaca Cardoso e colaboradores (1997, p. 36),

Os documentos citados marcaram para o serviço social, um período teórico técnico-modernizador conservador, pois se utilizou da perspectiva positivista e o tecnicismo funcionalista, correspondendo aos interesses da classe dominante “[...] os profissionais passam a atuar junto às relações interpessoais, pois consideram que as relações interpessoais, são a base para os problemas apresentados pelos “pacientes clientes.” Desse modo, a ação interventiva era no sentido de uma investigação da situação social-problema, com a realização do “diagnóstico” e da “intervenção planejada”.

O documento de Araxá (1967) tinha por objetivo, de alguma maneira, teorizar a profissão, sobretudo a metodologia, resultando na permanência do conservadorismo de inspiração funcionalista e sua tradição, enquanto que o documento de Teresópolis (1970) aprofundou o documento de 1967 reforçando uma abordagem metodológica de inspiração norte-americana (estudo individual, grupal e

¹¹ O toyotismo marca a ampliação da produção e do lucro com desvalorização e perda dos direitos trabalhistas (flexibilização das relações de trabalho, de contrato de trabalho com ênfase para a terceirização, informalidade, etc).

comunitário). Neles há forte destaque nas relações interpessoais e na investigação de situação social-problema, com a realização do “diagnóstico” e da “intervenção planejada”. Embora houvesse uma preocupação, por parte da categoria profissional, em revê-la, a inexistência de crítica de perfil ideo-político e de economia-política (desestimuladas pela autocracia burguesa na época em curso), reafirmou a permanência do conservadorismo presente na profissão desde sua origem, conforme apontado por Paulo Netto (1947, 2005). A ênfase está na integração de “indivíduos, grupos e comunidades” à sociedade naquela época em curso, seu projeto de desenvolvimento, sem qualquer referência à situação sócio, política e econômica enfrentada pela população atendida naquela oportunidade.

Exemplificando o parágrafo acima, destacamos dois trechos extraídos da obra de Paulo Netto (1991, p. 168, 192, grifo nosso), que retratam um pouco sobre os documentos, primeiramente Araxá seguido de Teresópolis. Vejamos:

[...] pode-se perceber uma tensão de fundo, que percorre a abertura do documento (de Araxá): a reposição de traços históricos da prática profissional (atuação microssocial “junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais”, só acidentalmente derivados de “estruturas sociais inadequadas”) [...] O escopo do documento, todo ele, vai na direção desse “rompimento”, entendido aí como a ruptura com a exclusividade do tradicionalismo; realmente, não há rompimento: há a captura do “tradicional” sobre novas bases.

O documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às características socioeconômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites. Se vários dos seus efetivos ganhos técnico-operativos poderiam transcender esta vinculação, não há dúvidas de que suas formulações gerais haveriam de apresenta-se como hipotecadas a ela.

O novo momento para o Serviço Social, chamado Renovação do Serviço Social, conforme estudos de Paulo Netto (1991), compreendeu diversos processos: “a perspectiva modernizadora” (expressa em Araxá e Teresópolis há pouco indicados), a “reatualização conservadora” e a “intenção de ruptura”. Simbolizaram momento ímpar de questionamento do “Serviço Social tradicional”, sem ultrapassar efetivamente o tradicionalismo (no caso dos dois primeiros).

A “reatualização do conservadorismo”, marco dos Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista, significou uma “nova proposta” às demandas do Serviço Social caracterizada por uma extrema valorização teórica da herança conservadora (paradigmas do positivismo e do neopositivismo) e adoção de um método de inspiração fenomenológica. Trata-se de uma perspectiva que reaviva a ajuda psicossocial, creditando ao diálogo estabelecido entre o profissional e seu “cliente” o momento privilegiado para lidar com “situações existenciais problemas” (SEP), potencializando a relação entre pessoas e o que foi denominado de transformação social (aqui entendido como mudanças na vida das pessoas). De acordo com Paulo Netto (1991, p.208), a adoção da abordagem fenomenológica,

Surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores que se inscrevem na perspectiva de reatualização do conservadorismo. É efetivamente a remissão ao influxo da fenomenologia que emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação profissional desenvolvido nas duas últimas décadas.

Paulo Netto (1991, p. 213) acrescenta, ainda, o recurso à fenomenologia, é considerado como uma momento de extrema pobreza teórica e crítica, o que foi demonstrado pela,

[...] assombrosa a absoluta falta de mínimas referências às problematizações de que as posturas, propostas categorias e procedimentos fenomenológicos foram e são objeto. O método fenomenológico aparece como algo sem contestação, como matriz teórico-metodológica situada para além de críticas e reservas. No discurso dos renovadores brasileiros que a reivindicam, a fenomenologia sequer se entremostra alvo de polêmicas acerbadas.

José Paulo Netto (1991), em seu livro “Ditadura e Serviço Social”, define o período da década de 1970 como o marco inicial da perspectiva de “*intenção de ruptura*” do Serviço Social com o tradicionalismo, embora as condições institucionais para sua efetivação naquele momento fossem dificultosas com a ditadura burguesa em curso. Neste período, sobressai a experiência dos profissionais de Minas Gerais, vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, cujo quadro central foi a professora Leila Lima dos Santos, com elaboração de concepções teórico-

práticas do Serviço Social denominado por “Método Belo Horizonte”, mais conhecido como “Método BH”. Nesse sentido, Paulo Netto (1991, p. 159), explica:

[...] perspectiva que propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional” [...] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus supostos teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro [...].

Todos esses momentos históricos do desenvolvimento do Serviço Social marcaram, também, o encontro com a tradição marxista (reprimido pelo cenário sociopolítico marcado pela autocracia burguesa naquele momento histórico de ditadura)¹², aproximação esta que se efetivou mais intensamente a partir declínio do regime militar. O método BH, marco importante do processo de renovação do Serviço Social, especificamente quanto a perspectiva de “intenção de ruptura”, foi caracterizado pela adoção de um novo perfil profissional que pretendia romper com o tradicionalismo e afirmar a profissão no campo teórico-metodológico, formativo e interventivo, além de aproximar a categoria profissional da teoria social crítica.

A partir da década de 1980, por meio de um intenso debate sobre a profissão, a teoria social de Marx ganha destaque e com esta a compreensão de que os problemas estruturais são resultados do modo da produção capitalista. Neste momento, a universidade, embora ainda vivenciasse o contexto da Ditadura Militar burguesa (já em transição à democracia política), se configura como terreno propício para elaboração de discussões teórico-práticas e metodológicas mais consistentes, se estendendo progressivamente entre os demais profissionais. Sem dúvida a adoção deste referencial tornou-se um divisor de águas para a profissão, ainda que, inicialmente, sua apreensão tenha ocorrido a partir de uma tendência marxista contaminada de princípios positivistas e antidialéticos, com poucas observações em relação ao próprio Marx.

¹² Cabe destacar que esta aproximação a tradição marxista não foi profunda, o que ficou conhecida como “Marxismo sem Marx”.

1.3 Transformações societárias e Serviço Social: desafios atuais

Nas seções anteriores deste capítulo apresentamos elementos importantes para entender a história do Serviço Social, desde sua gênese, percorremos caminhos reunindo elementos que nos ajudassem neste momento para a realização de uma análise quanto ao processo de trabalho em que se insere o Serviço Social na divisão social do trabalho, identificando os desafios para o desenvolvimento do exercício profissional do assistente social. Neste espaço pontuaremos algumas transformações e mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, influenciaram o exercício profissional do assistente social e também na vida dos sujeitos atendidos por este profissional.

Sabidamente o trabalhador tem sofrido com a precarização do trabalho. Sua busca por uma inserção no mercado de trabalho nem sempre é exitosa, mas sim marcada por condições frequentemente precárias que expõem este sujeito à permanente insegurança, desemprego, informalidade e desprovidos de proteção social. A realidade sócio-histórica sempre foi marcada por uma conjuntura social, econômica e política que acentua as desigualdades por ela ocasionada, pois “[...] a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privadas, monopolizadas por uma parte da sociedade”, alerta Iamamoto (2008, p. 27). Estes sujeitos fazem uso dos programas, projetos e serviços sociais executados pelos assistentes sociais que se deparam com enormes desafios tais como a insuficiência de recursos para atender parte da população que recorre à assistência social.

Não distintamente dos trabalhadores em geral, os assistentes sociais, em seus mais variados espaços sócio ocupacionais (Estado, empresas privadas, terceiro setor, entre outros), também são sujeitos a condições precárias de contratação, trabalho terceirizado, baixos salários e trabalhos temporários. Destaca Iamamoto (2008, p. 215):

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho, interferem nas condições em que se operam os atendimentos, assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda exigências

trabalhistas e ocupacionais aos seus empregadores especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por elas articulado [...].

Sendo assim, o exercício profissional implica primeiramente em reconhecer que o ponto de partida para a atuação profissional é a realidade social que tem como pano de fundo uma conjuntura social, econômica e política, repleta de contradições (advinda da produção de riquezas e as formas de sua apropriação) que traz como consequência o agravamento das manifestações da questão social. Requer, ainda, uma constante qualificação teórico-metodológica com a finalidade de realizar uma crítica à sua prática cotidiana, tendo este como objetivo para um melhor desenvolvimento de seu exercício profissional.

[...] a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizada nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do serviço e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações [...]. (IAMAMOTO, 2008, p. 213-214).

Desta maneira, podemos até este momento concluir que as transformações ocorridas no decorrer da trajetória do Serviço Social contribuíram para que hoje existisse um projeto pedagógico preocupado em formar um determinado perfil profissional que englobe diretrizes e competências no âmbito técnico, crítico-teórico e compromisso ético-político, além de impor inúmeros desafios à profissão.

Decorre daí a necessidade de se reconhecer a qualidade dessa atividade, sua particularidade na divisão técnica e social do trabalho coletivo, ou seja, sua natureza peculiar, os meios necessários à sua efetivação, a matéria que transforma e os resultados que produz, nos varias inserções profissionais [...]. (IAMAMOTO, 2008, p. 218).

Importa ressaltar que a década de 1990 foi para a profissão de suma importância, norteando a atuação profissional para a garantia de direitos, proporcionando melhores condições à categoria profissional para o desvelamento do real e a elaboração de conhecimento teórico capaz de sistematizar de maneira crítica a prática dos assistentes sociais. Esta década foi marcada pela elaboração, que ainda está em vigor, do Código de Ética de 1993, onde a profissão firma compromisso com a classe trabalhadora e o rompimento com o conservadorismo,

afirmando o projeto ético-político da profissão que traz como contribuição a recusa ao ecletismo em favor do pluralismo e também destaca a importância de uma formação teórica constante. Estes avanços se devem ao reconhecimento de que estes elementos acima descritos são importantes referências para o enfrentamento dos desafios impostos à profissão, bem como procedimento necessário ao desvelamento das expressões da questão social e elaboração de estratégias necessárias à sua superação.

É importante destacar que não é somente necessária uma excelente formação profissional (ainda que seja essencial), para um exercício profissional qualificado, à medida que entendemos que existem inúmeros desafios que tencionam na direção contrária. Sendo assim, este profissional, mesmo que imbuído de forte conhecimento, se depara, em seus espaços ocupacionais, com determinações que direcionam seu trabalho, comprometendo a autonomia profissional, a efetivação do projeto ético-político e do código de ética profissional.

Essas determinações são impostas uma vez que este profissional, à medida que passa a fazer parte do mercado de trabalho, meio pelo qual ocorre a realização do exercício profissional, “[...] vende sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso em salário. [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 217).

O objeto de atuação profissional é também um objeto de atuação institucional que funda a legitimidade e o reconhecimento dos próprios estabelecimentos empregadores do Serviço Social. No interior deste, há uma organização intensa de objetivos, instrumentos de trabalho, rotinas, procedimentos, critérios de elegibilidade, entre outros elementos que demarcam os limites e as convergências entre os diferentes tipos de especializações do trabalho e os sujeitos demandatários dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 216)

Estamos afirmando que o atual contexto tem trazido inúmeros desafios ao trabalho profissional do assistente social, a exemplo da enorme demanda existente na área da assistência social (tradicionalmente recebida pela população como “ajuda” – também porque assim é oficialmente apresentada para ela). O cenário ainda revela um Estado que além de investir minimamente nesta política, transfere à Sociedade Civil suas atribuições e responsabilidades, seja por meio da parceria público/privada

ou, ainda, seja atribuindo aos indivíduos a responsabilidade exclusiva pela sua condição de pobreza (um procedimento bastante comum e nada novo). A exigência de contrapartida como critério para o fornecimento de determinado serviço, programa ou projeto, indica seu caráter focalista em detrimento de uma política universal (no campo da seguridade social), capaz de assegurar a todos os direitos sociais. Dessa forma, para os profissionais, na sua grande maioria, é destinado a execução de políticas públicas, que são repassados como “pacotes prontos”, que apenas precisam de profissionais “tecnicamente qualificados” para sua execução, estes por sua vez, frequentemente reduzem suas ações ao “gerenciamento”.

Ainda não podemos esquecer que o assistente social, como trabalhador assalariado, tem sofrido com a precarização de suas condições de trabalho, desde a ausência de espaços físicos de trabalho, até a sua forma de contratação (temporário; terceirizado) e os baixos salários. Somado a isso, nos deparamos com a Educação a distância (EAD) para a formação em nível de graduação de Serviço Social, questão em voga e de grande debate entre a categoria profissional que tem, sob a pretensão de “ampliar acesso ao ensino superior”, comprometido a qualidade da formação oferecida. Encontramos este importante debate em Silva (2010, p. 192), que destaca:

[...] a formação profissional entendida aqui, como a composição de acúmulo crítico que atue insistentemente na direção da práxis profissional. Nesse nível, os problemas são concretos e imensos. Eles vão desde o absoluto abismo entre a academia e os mais remotos confins da intervenção profissional (no geral, muito distantes entre si), passam pela perversa e irresponsável expansão das unidades de ensino (que se configuram em cursos precários também vulgarizados pelo ensino a distância) e desembocam em problemas relacionados com a superficialidade, com o ecletismo teórico e uma errônea visão sobre o significado do pluralismo profissional [...].

O que permanece, sem dúvida, é uma importante indagação: o que fazer frente a este cenário nada animador? Qual a importância da formação profissional frente ao que está posto concretamente ao Serviço Social na atualidade? Como veremos no próximo capítulo, as ações possíveis estão vinculadas a uma formação profissional compromissada com o desvelamento do real, como condição possível ao exercício profissional qualificado, sem ilusões messiânicas ou mesmo fatalismos

desmedidos, lembrando que, formação profissional, como bem definiu José Paulo Netto (1999, p. 15, grifo nosso),

[...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente sócia. **Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada**, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e solidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social ´formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

**PARTE 2 INQUIETAÇÕES PARA UM DEBATE COMPROMETIDO COM A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

2.1 O processo educativo/formativo profissional no Serviço Social: subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social

Trataremos, nesta segunda parte, da formação profissional dos assistentes sociais que tem sua importância descaracterizada a medida em que a ênfase recai unicamente sob uma formação instrumentalizada, restrita em si mesma, ou seja, limitada à graduação precarizada. Abordaremos, ainda, as polêmicas indicadas pelos profissionais de Serviço Social que atuam na área da assistência social, sobretudo aquelas mais diretamente vinculadas à relação teoria e prática. Partimos do entendimento de que no momento que estes profissionais se deparam com as dificuldades encontradas do exercício profissional diário, uma formação profissional baseada na pesquisa e nos estudos permanentes pode contribuir com uma análise mais rica da realidade e uma intervenção mais qualificada com vistas a garantia e ampliação de direitos.

Sabidamente a sociedade capitalista, em seu atual estágio de desenvolvimento, também imprimiu características peculiares ao processo educativo e formativo voltado para o trabalho profissional, ou seja, uma formação unicamente instrumentalizada para atender ao mercado de trabalho e treinar profissionais. Isso aprofundou-se com as intensas transformações que ocorreram no mundo do trabalho. O surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista que descaracterizou a importância central do trabalho para a vida do homem (como atividade útil, concreta e criativa), além de mascarar suas contradições.

Para atender aos critérios e demandas do mercado de trabalho, a formação profissional fundamentalmente instrumental, passou a adquirir “status” de especialista altamente versado e apto, com destaque para o trabalhador “polivalente”, ou seja, aquele “colaborador” que atua em diversas áreas e campos de trabalho, atuando de maneira eficaz na reprodução capitalista.

A partir dessas exigências, o sistema educacional, não diferentemente, buscou se adequar às demandas posta pelo capital e aos ajustes neoliberais, em específico no Brasil a partir da década de 1990, demonstrando que este campo renderia enorme lucros. Dessa forma, a educação (não apenas a superior), adquiri

status de mercadoria¹³, como exemplo, o aumento considerável dos cursos superiores em faculdades particulares. Um outro grande exemplo contemporâneo, são os cursos Educação a Distância (EAD¹⁴), que sob o discursos de “democratizar o acesso” tem colocado em “xeque” a formação profissional em diversas áreas de conhecimento, como por exemplo, o curso de Serviço Social¹⁵, circunstância adequada para precarização do exercício profissional. Este debate é importante à medida em que o ensino a distância compromete a apreensão teórica, pois compreendemos que uma formação presencial, debatida e com militância (dentro e fora das universidades), é requisito fundamental à apreensão dos fundamentos da profissão.

Outra questão importante que diz respeito a formação profissional dos assistente sociais (embora não só deles), vincula-se à tendência dominante em estabelecer categorias distintas de profissionais: “os da prática” (aqueles do “dia a dia” que lidam com as demandas imediatamente postas no cotidiano profissional) e os “teóricos” (aqueles mais distantes das questões ditas práticas, vistos como os que manejam conhecimentos teóricos nem sempre aplicáveis à realidade). Conforme veremos mais adiante, a discussão entre teoria e prática, alicerce da nossa pesquisa, surge com o exercício profissional, em contato com outros profissionais, principalmente gerado por uma “inequívoca” compreensão de que a teoria seria sinônimo de aplicabilidade numa dada realidade. É importante esclarecer que prática não é teoria e vice versa, que ambos são impensáveis distintamente quando se considera a práxis profissional. De acordo com Paulo Netto (2009, p. 673), teoria não

¹³ Este processo atinge também as Universidade Públicas brasileiras, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. O que antes era sinônimo de autonomia no desenvolvimento de conhecimento (voltado para demandas próprias da sociedade), hoje serve às grandes empresas que passaram a financiar pesquisas, a exemplos das áreas de exatas e biológicas. Esse processo é um dos exemplos de privatização dos conhecimentos alcançados, que por sua vez passaram a atender interesses restritos.

¹⁴ Os cursos de Educação à Distância (EAD), são desenvolvidos quase que completamente via on-line, onde a figura do professor é substituída pelo “Tutor” que monitora e auxilia seus alunos pela internet. Neste cursos as aulas presenciais diárias são substituídas por um único dia da semana, o acesso às obras integrais, importantes a apreensão do conteúdo, é substituído por apostilas com textos compilados. Por fim, os alunos não vivenciam experiências de ensino, pesquisa e extensão universitária fundamental, etapas estas essenciais à formação de pesquisadores e componentes primordiais à uma formação profissional qualificada (embora não se limite a isso).

¹⁵ É importante destacar que existe por parte dos órgãos representativos da profissão, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), claro posicionamento contrário a esta modalidade de formação profissional, por não seguir as diretrizes curriculares e ser inadequado ao projeto pedagógico profissional.

é conhecimento elaborado e organizado metodologicamente pelo saber científico, mas é, “[...] para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa [...].”

Quando questionamos os entrevistados quanto aos elementos necessários para subsidiar a prática profissional do assistente social na atual conjuntura, para aos profissionais que lidam cotidianamente com inúmeros assuntos diretamente vinculados à realidade, existe uma busca por uma maior aproximação teórica sendo que esta ajudaria na qualificação da prática profissional.

O embasamento teórico, saber fazer a conexão entre a teoria e a prática profissional que aí seria a práxis. Trazendo para a realidade do meu trabalho, na Prefeitura, a estratégia de trabalho é muito importante. Pois ao mesmo tempo você tem que lutar para que essas pessoas tenham acesso a esses direitos e também atender as expectativas do empregador, que é a Prefeitura. Então, muitas vezes diante da falta de uma Política de um Serviço que teria direito teria que cobrar para que seja atendido, você teria que cobrar justamente da prefeitura. Então essa estratégia de trabalho é muito importante para quem trabalha em prefeitura. (Entrevistada: Marina).

A teoria, portanto, reconstrói do movimento do real, comprometida em revelar o imediatamente posto, ou seja, deixa transparecer as particularidades presentes na totalidade da vida social. Cabe esclarecer aqui que a categoria totalidade está contida na teoria social de Marx, como componente da realidade, que não se apresenta facilmente, expressa de maneira imediata no cotidiano. Para o Serviço Social esta tradição teórica oferece um debate interessante, tenso e contraditório, implicando, portanto, na compreensão de que esta profissão é componente desta realidade, que enfrenta inúmeros desafios ao propor uma relação dialética entre teoria e prática capaz de orientar um fazer profissional mais qualificado numa perspectiva crítica. Quanto ao método, não é um modelo ou fórmula que após sua aplicação obtemos um resultado; significa um conjunto de procedimentos que ordenados possibilita a reconstrução do movimento da realidade, visando desvelar a essência do objeto materialmente existente. Resumidamente, esse processo que implica na apreensão do objeto, é orientado por um método que fundamenta as bases para que na análise da realidade propicie condições adequadas à produção de teoria.

Daí a importância de compreender, além do imediatamente dado, com um olhar mais aprofundado sob a história e o atual estágio de desenvolvimento desta sociabilidade, cenário de atuação de sujeitos históricos possíveis que encontram, através desta leitura, condições para intervenções possíveis e qualificadas. A partir da compreensão de todo esse processo, é possível constatar que a realidade se apresenta repleta de contradições, que não deixa margem para uma leitura superficial. A tomada de consciência acontece com as mediações que ajudam a revelar a realidade e o surgimento de mudanças que contribuam para uma transformação efetiva da realidade.

Portanto, partindo do pressuposto de que uma formação profissional qualificada é importante para uma intervenção competente do assistente social na luta para conquistar e manter direitos, é necessário explorar quais seriam os eixos fundamentais que alicerçam esta formação profissional.

Primeiramente destacamos a importância de uma formação profissional construída a partir do ponto de vista ontológico, ou seja, uma formação que esteja comprometida com a formação de intelectuais “habilitados” para realizar mediações, embasado pela teoria crítica, que orienta e possibilita “perseguir o movimento do real (reconstruindo-o sob múltiplas determinações). Silva (2010, p. 189), ratifica:

[...] é necessário insistir em uma perspectiva ontológica e de totalidade em todo processo teórico-prático que sustenta o trabalho profissional dos assistentes sociais (formação, intervenção e produção de conhecimento). [...] Sem uma abordagem ontológica e de totalidade, sem a inspiração delas (em que pesem os limites da profissão), o exercício profissional do assistente social se limitará a reproduzir procedimentos de cunho psicossocial-interpessoal, no nível das relações de ajuda, de perfil sistêmico [...] discursivamente negadoras do passado profissional.

Dessa maneira, conhecer a teoria social de Marx é ainda apreender importantes conceitos que a compõem e a definem: o método, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva revolucionária historicamente possível. Estes três eixos, do ponto de vista ontológico, estão relacionados à existência e vida do homem, situada numa dada historicidade e construída a partir de determinado legado sócio-histórico, fundamentais para explicar a produção e reprodução do ser humano na relação com o trabalho, categoria fundante de sua sociabilidade, de sua existência, primordial a

sua relação entre si e com a natureza, por isso, crítica à sua redução à lógica capitalista.

Ainda sobre a teoria social crítica, é inegável sua importância pois possibilita uma análise mais real do imediatamente posto (que se apresenta como expressões da questão social), e o desenvolvimento de repostas mais qualificadas. Então, somente como estudos constantes e a adoção de uma postura crítica diante da realidade, além de compromisso ético-político, é possível perceber os limites, as dificuldades e desafios do cotidiano profissional, bem como identificar as possibilidades. O que nos leva a concluir que não é exclusivo deste “teórico” ou daquele profissional que é “prático”, mas que é próprio da práxis profissional, da relação inseparável entre teoria e prática.

Ocorre que, além de conhecer as condições particulares e específicas do processo de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social, reconhecer que a realidade social apresenta a estes profissionais questões “imediatas” (ponto de partida da intervenção profissional), é importante priorizar uma formação profissional que desmitifique a ideia de aplicação da teoria e de métodos numa dada realidade, como processo fundamental para maior conhecimento da realidade. A teoria “não se aplica” à prática como muitas vezes é interpretada pelos profissionais que se intitulam práticos. Segundo Paulo Netto (1999, p. 13)

Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional [...].

A adoção de uma postura profissional que priorize uma clara direção sociopolítica¹⁶, é outro eixo da formação profissional considerada competente, ou seja, que esteja comprometida com valores centrais à formação de uma nova sociabilidade, que priorize a liberdade, o trabalho útil e criativo (central à vida do homem), a equidade, a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais, como pontua Paulo Netto (1999, p. 15-16). Estes são componentes fundantes do projeto ético-político profissional, que conta ainda com “[...] a defesa

¹⁶ Cabe destacar que a direção sociopolítica aqui explicitada, se refere ao movimento iniciado coletivamente com o processo de renovação do Serviço Social, denominado de Movimento de Reconceituação.

intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.” É importante ressaltar que o pluralismo, distintamente do ecletismo, preza pelo debate e diferentes marcos teóricos presentes no Serviço Social, com objetivo de fomentar discussões (sob vertentes teóricas diferentes), de uma dada realidade, sem a imposição desta ou daquela como “verdade”.

Podemos insistir, então, sob o ponto de vista aqui adotado, que o Serviço Social não é uma profissão qualquer, da pura intervenção que descarta a reflexão crítica. Está claro que embora o Serviço Social carregue uma herança conservadora (próprio do desenvolvimento histórico), esta característica vai ao encontro com a formação de um perfil profissional que tenha clareza e compromisso com o projeto pedagógico profissional que siga as diretrizes curriculares em curso no Brasil (pelo menos oficialmente), onde a educação estabelece prioritariamente uma sociedade livre de todo processo exploratório, alienante e opressivo. Quanto ao desenvolvimento histórico da profissão, uma formação profissional que reúna condições ao exercício profissional, exigirá não apenas conhecer a realidade, mas principalmente em dedicar esforços na construção de um projeto profissional que supere o cariz conservador (base de origem e desenvolvimento do Serviço Social).

Aprendemos que na faculdade que a profissão surgiu num contexto de conservadorismo. Isso ainda permanece? Não pela parte dos profissionais, acho que poucos. Mas acredito que existe uma dificuldade de mostrar, que não está ligado ao assistencialismo, mas a visão que as outras pessoas veem as profissão ainda permanece. Não acho que os profissionais que agem desta forma, que tem essa visão (conservadora), por outro lado, a categoria não consegue mostrar realmente o que é, se desvincular totalmente, mostrar o que o conservadorismo é uma coisa e o Serviço Social é outra. (Entrevistada: Renata, grifo nosso).

Seguimos com único objetivo: entender de qual formação profissional estamos buscando. Concluímos, portanto, que esta formação não se restringe aos quatro anos de graduação, mas que deve ser constante, visando a apropriação o mais densamente possível da teoria social crítica, subsídio necessário à leitura mais próxima e fiel da realidade, além de possibilitar uma aproximação entre a formação profissional e o exercício profissional.

Exemplo disso foi pontuado pelas informantes da pesquisa, como podemos observar abaixo. No entanto, a capacitação profissional na sua grande maioria é voltada exclusivamente para a área da atuação profissional, muitas vezes propiciado pelo local de trabalho onde estão inseridas.

Tive algumas (experiências de capacitação profissional), sempre gostei muito de estudar. Se tivesse tido oportunidade, gostaria de ter feito faculdade pública. Eu considero essa experiência do aprimoramento profissional como um estudo. O que eu considero também como capacitação, foi logo que entrei aqui em Sertãozinho, primeiro emprego na área, eu fiquei muito ansiosa e queria muito fazer as coisas corretas aí busquei por uma supervisão. Depois, fiz o LACRE, pela USP e no ano retrasado, entrei num curso de pós-graduação pela UNAERP, não terminei, ficou faltando apenas o trabalho de Conclusão de Curso (Entrevistada: Brenda).

Sim, Eu fiz um especialização a distância sobre violência doméstica, pelo CECovi que é uma ONG que trabalha Violência Doméstica, do Estado do Paraná. Mas, tenho pretensão em dar entrada num mestrado. A gente percebe que nesta gestão houve uma grande preocupação em realizar capacitação profissional, o ano passado fizemos duas capacitações relacionados o tema Família, porque a família como é o foco de atendimento do SUAS, então as capacitações foram focadas no atendimento familiar. A primeira denominada “saúde no lar” era mais metodológica, discutia as relações familiares e a segunda era voltada para trabalho com grupo, mas também voltado para família. A primeira teve duração de 1 ano e a segunda capacitação, duração de 6 meses. (Entrevistada: Carol).

Outro ponto importante a ser discutido, é o conhecimento e a apropriação do Código de Ética, da Lei de Regulamentação e das Diretrizes Curriculares (alicerce do projeto ético-político no campo da formação profissional), que colaboram na afirmação e definição do perfil e do fazer profissional, capacitando, qualificando e orientando estes trabalhadores teórica e tecnicamente comprometidos com o conhecimento e com ações propositivas na realidade. Encontramos em Paulo Netto (1999, p. 16) a seguinte definição: “[...] o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos [...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população [...]”, o que inclui como dever, os seguintes tópicos contido no Código de Ética (BARROCO, 1993):

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Destacamos, também, que a preservação deste projeto profissional (enquanto direção social) é critério indispensável nos dias atuais à manutenção do Serviço Social, numa perspectiva comprometida com a classe que vive do trabalho, o que implica no fortalecimento do movimento democrático popular em defesa de um projeto societário comprometido com uma nova ordem societária. Sem dúvidas é fundamental aos profissionais, conhecer a história do surgimento e de desenvolvimento do Serviço Social como resultado deste modo de produção capitalista, em seu estágio monopolista, o que significa ainda compreender a existência da contradição entre o Serviço Social com sua base conservadora e a teoria social de tradição revolucionária.

2.2 Quem são os sujeitos atendidos pela Política de Assistência Social?

Os sujeitos que procuram pela Política de Assistência Social, buscam por respostas imediatas às suas demandas (cesta básica, acesso a programas, projetos e serviços sociais), vinculadas aos programas desenvolvidos pelos assistentes sociais, nos vários espaços sócio-ocupacionais, onde o assistente social trabalha continuamente. Estes sujeitos são Identificados como pessoas de direitos, mas que

por momento (passageiro ou não) estão passando por uma situação de vulnerabilidade ou risco social e que, portanto, naquele momento recorrem à assistência social. Vejamos

Os sujeitos da Assistência Social, são sujeitos, famílias, que em situação de risco ou vulnerabilidade social, estão vinculados aos projetos, programas e serviços, mas acima de tudo, são sujeitos de direitos, são sujeitos sociais e coletivos que se expressam nas diversas formas de participação (Entrevistada: Renata).

Pra mim os sujeitos são os cidadãos dessa política pública, assim, todos, os cidadãos tem direito aos serviços municipais, estaduais federais e aí para gente pensar numa política de qualidade, numa política que venha de encontro com as necessidades da população, é ...eu vejo todo sujeito, todo cidadão como parte dessa política de assistência. (Entrevistada: Duda).

São pessoas em situação de vulnerabilidade, são pessoas que precisam ter seus direitos defendidos, e por isso recorrem a Política de Assistência Social. (Entrevistada: Marina).

São indivíduos e famílias com direitos violados ou em situação de vulnerabilidade social ou risco. Com dificuldade financeira, ou conflito que está afetando a qualidade de vida dele. A gente de conhecimento dos programas que desenvolve, tenta atender esses direitos que estão faltando a eles. [...] (Entrevistada: Vitoria).

Sem dúvidas, as políticas sociais são formuladas para responder e enfrentar as expressões da questão social, que são resultados do modo de produção capitalista, cuja manutenção se alicerça na exploração do capital sobre o trabalho. Logo os sujeitos buscam por meios necessários a sua sobrevivência. Acontece que a questão social, somente é analisada sob aspectos da pobreza e da miséria, desconsiderando todo o contexto econômico, apoiado em políticas neoliberais, que têm como características principais a privatização, a focalização e a descentralização, esta última entendida como transferência de responsabilidades seja entre os entes federados ou mesmo, para instituições privadas, como bem pontua Behring e Boschetti (2006, p. 156),

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias

direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização, e a descentralização [...].

Entender todo este processo é importante para a categoria profissional dos assistente sociais, com o objetivo de analisar quem são estes sujeitos que procuram pelo atendimento. Isso permite “[...] imprimir historicidade a esse conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados, [...], às formas da produção e reprodução sociais capitalistas [...]”, esclarece Behring e Boschetti (2006, p. 53), e com isso apreender as possibilidades que estão dadas na própria realidade, como observamos neste próximo depoimento.

Tem uma questão, aliás aqui no município, elas confundem, não acham que é realmente direito delas. Eu percebo que o perfil de quem procura a assistência, são em busca de algo material, imediato. Logico que é a maneira que temos para identificar algumas demandas, mas a princípio não é o que elas vêm procurar, pois a busca é mais imediata, para resolver determinado problema dela, às vezes não essa pessoa, não tem acompanhamento, de participar de ações. (Entrevistada: Renata, grifo nosso).

Para Renata, informante de nossa pesquisa, o cotidiano profissional que apresenta ao assistente social, o imediatamente posto, coloca também possibilidades para a identificação de outras situações e, conseqüentemente, a realização de intervenções qualificadas, bem como possibilita elaborar estratégias ao enfrentamento de situações de desigualdade e pobreza. Certamente as respostas estão dadas e são formuladas a partir da própria realidade, pois somente com a aproximação da realidade, sob a luz de um referencial teórico e metodológico (teoria social crítica), é possível apreender esta realidade na sua totalidade, que implica numa aproximação contínua, sem esgotar as determinações que estão na realidade. Mais do que isso, todo esse processo permite mensurar o alcance das ações oficialmente empreendidas e quais outras seriam necessárias para uma abordagem que valorizasse a potencialidade dos atendidos e o reforço de momentos ricos para o desvelamento dos limites da política em curso. Trata-se, aqui, de um processo teórico-prático, componente do trabalho profissional, da práxis profissional.

O depoimento revela ainda que assistência social ainda é vista como ajuda e não como direito previsto em Lei pelos usuários da Política de Assistência Social. Embora os sujeitos que são atendidos pela assistência social ainda interpretem, no geral, as ações desenvolvidas como “ajuda”, e não como direito garantido em lei, uma vez que seu surgimento e sua legitimação enquanto profissão está diretamente relacionada a esta sociabilidade, Paulo Netto (2005, p. 73) lembra que:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitui-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”, vincula-se a dinâmica da ordem monopólica.

A assistência social não se restringe apenas à população pobre, como bem destacado pela informante seguinte, consequência desse cenário econômico e político em que vivenciamos o agravamento da questão social, decorrência de um Estado cada vez mais mínimo para o social, que se apresenta por meio de políticas sociais ineficazes e insuficientes para atender a demanda existente. Há uma massa de desempregados, subempregados, temporários, precarizados, desempregados permanentes (ANTUNES, 2006), parte dos trabalhadores que recorrem às políticas sociais, em específico à assistência social, que de acordo como está configurada, possibilita condições mínimas de sobrevivências a esta população, através da execução de programas projetos e serviços sociais. Vejamos o depoimento a seguir:

Olha eu tenho uma visão de que todos os sujeitos são usuários da Assistência Social. Pois quando você fala assim: sujeitos atendidos. Falo que são todos, depende de que ângulo e para qual serviço a gente olha. Eu vejo nosso trabalho, muito focado para o plano educativo, pois não tem como emancipar se não educar, então se é na área da Política de Assistência Social é aquela pessoa que tem renda um pouco mais alta, mas ela também demanda. Só que ainda hoje quando a gente fala de assistência social, a gente pensa que é a população pobre. Mas eu acho que o sujeitos da assistência social, no meu ponto de vista, são todos. Tanto na assistência, quanto pelo Serviço Social enquanto profissão. Porque Eu falo isso, com base no trabalho de outras colegas, e vejo aqui, na questão do Projeto que é feito para atender pessoas de baixa renda, só que vem pessoas aqui, com renda muito boa, muito satisfatória que teria condição de pagar

só que todos vivem numa busca muito grande pela sobrevivência, que qualquer oportunidade de curso gratuito às pessoas querem fazer. Então eu acho que o sujeito da Assistência, no Brasil é o Povo Brasileiro, sem distinção de renda, de cor, etc (Entrevistada: Brenda).

Conforme citado acima, há viabilização de capacitação profissional, e consequentemente projetos de geração de renda, mas o que se precisa discutir profundamente é a profissionalização e o trabalho (de fato), nesta sociedade capitalista que tem diminuído empregos formais e estáveis, ainda que possa aumentar a oferta de empregos formais instáveis e informalidade. O que se tem, nesses casos, é a preparação de certa mão de obra mas como ocorrerá sua inserção no mundo do trabalho, mas se existirá vaga para absorvê-la esse é visto como um outro problema.

Outra questão importante que precisa ser discutida, diz respeito a atribuição que é dada ao assistente social, a função de possibilitar autonomia e independência a estes indivíduos, por meio dos cursos profissionalizantes, quando na realidade essa compreensão, mascara nesta sociabilidade seus problemas estruturais, enquanto atribui apenas aos indivíduos a única responsabilidade em conseguir uma colocação profissional que supostamente pode ser alcançada com a realização de cursos de capacitação.

2.3 Os subsídios necessários à prática profissional do assistente social

Na sequência, buscamos discutir e entender quais seriam, para os profissionais entrevistados, os subsídios utilizados para realização do exercício profissional na atual conjuntura. Primeiramente destacamos, a ênfase dada a formação profissional, demonstrada pelo depoimento que segue:

Uma coisa fundamental é uma boa formação profissional, pois acabamos saindo da faculdade com pouco teoria, pois somos profissionais muito práticos no cotidiano, devido a demanda do serviço que o trabalho proporciona. Então a primeira coisa, é uma boa fundamentação teórica. Eu acho que não só para a prática do assistente social, mas para a prática de qualquer outro profissional é importante a gente tem que ter muito claro, aquilo que a gente é, porque não tem como separar o pessoal do profissional. Eu acho que quando vamos trabalhar profissionalmente em algumas situações é decisivo para algumas intervenções que você vai fazer ou não. Outra coisa são as condições objetivas de trabalho, ter uma equipe mínima,

ter uma condição digna para receber um usuário, para desenvolver o trabalho, porque hoje, muita coisa tá melhorando na área da assistência social, mas tem muita coisa que ainda precisa melhorar. Então, a teoria, a gente precisa da teoria, a gente precisa saber quem a gente é, o que temos enquanto profissional, qual o objetivo é fazer o que? atendimento de qualidade, buscar informações para ajudar aquele usuário. É isso. (Entrevistada: Brenda, grifo nosso)

No relato acima, duas questões importantes são destaque: a base teórica necessária e as condições objetivas para a realização do trabalho profissional e da própria formação de qualidade pretendida. Ainda que se deva reconhecer que são difíceis e estreitas as condições reais para o que se pretende, há de se reconhecer a necessidade de esclarecer aqueles pontos que estão ao alcance do profissional, como possibilidades reais, mas que acabam sendo descartados como impossíveis e distantes. Guerra (2011, p. 25) aponta equívocos presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais vinculados à relação teoria e a prática. A autora destaca:

Para os profissionais que têm a prática, como o fundamento de determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas, já que se situam secundariamente diante da prática, cabendo a esta, em última instância, fornecer indicativos sobre os instrumentos operativos capazes possibilitar uma ação efetiva nas situações concretas [...]. Para aqueles que consideram que as construções teóricas são determinantes da prática, a opção do profissional por uma teoria passa a se constituir na sua “camisa-de-força”, uma vez que esta aparece como a expressão mais formalizada e completa da realidade, dela exigindo respostas e instrumentos capazes de colocar a “teoria em ação” [...].

Para a autora, como vimos acima, os profissionais “da prática” valorizam a teoria à medida que ela é entendida como algo que fornece indicativos técnico operativos para a aplicação direta à prática, como algo que deve ser aplicado numa dada realidade e produzir respostas. Para os “teóricos” a teoria é uma expressão mais formal da realidade que deve contar com técnicas, instrumentos e estratégias que devem auxiliar para pôr a “teoria em ação”, na prática. Para Guerra (2001, p. 25), coerentemente, a teoria precisa ser reconhecida, “[...] como processo de reconstrução da realidade vinculada a projetos determinados de sociedade, a visão de homem e de mundo, antes os quais os profissionais assume uma posição, e a determinados métodos de conhecimento e análise da sociedade [...]”. Sem dúvida, este descompasso existente (entre teoria e prática), é hoje um dos desafios

enfrentados pela categoria profissional dos assistente sociais e acreditamos que somente será superado à medida em que a teoria seja a reconstrução do movimento da realidade, o mais fiel possível, que pode orientar ações, inspirar propostas, mas longe de mecanismos aplicativos.

É relevante, neste momento, destacar a importância da formação profissional – pontuado na entrevista transcrita –, como subsidio que qualifica a intervenção profissional, como formação continua, ou seja, que ultrapassa os quatro ano de formação da graduação, sendo este um dos meio que mantém constante o contato com a teoria social crítica, eixo necessário a uma pratica profissional qualificada e competente. Para Iamamoto (2000, p. 184), o discurso

[...] é competente quando é crítico, ou seja, quando vai a raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica [...] supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e busca elucidar seus vínculos sócio históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista das classes através dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discursos como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões.

Diferente do relato anterior, o destaque realizado pelas demais profissionais, enfatizou a utilização de instrumentos (entrevistas, visitas domiciliares, avaliação socioeconômica, entre outros), como subsídios necessários à prática profissional do assistente social. Destaca-se que o uso de instrumentos e de técnicas é relevante ao trabalho profissional, mas como instrumentalidade (GUERRA, 1995), ou seja, com parte de um processo que envolve método, metodologia, análise da realidade, postura ético-política, direção social comprometida com a afirmação de melhores condições de vida.

Acho que está tudo meio relacionado. Esses instrumentais que acabei de citar na questão anterior são extremamente importantes para a gente conhecer a realidade sobre a qual nós estamos trabalhando. Conhecer a realidade dessas famílias para poder intervir, para poder minimizar, no meu caso, a violência. A instrumentalidade é um elemento muito importante, e eu volto a citar, entrevistas, aplicação de instrumentais como a avaliação socioeconômica, questionário específico, para o caso da violência ocorrida, realização de grupo com as famílias (Entrevistada: Carol).

Eu acredito que além da instrumentalidade do Serviço Social, específico da profissão, a gente tem que considerar outras formas de intervenção, para compreender a realidade social que esta é complexa, dinâmica e que é necessário o contato com outras áreas, tanto em relação a outros profissionais, bem como em relação a outras políticas que existem (Entrevistada: Renata).

O Código de Ética profissional que é super importante, ter conhecimento da nossa área, conhecer o local que você tá atuando, conhecer todos os programas, os critérios, ter como base a legislação, da Política que embasa nossa atuação. E vejo hoje, no CRAS, algumas coisas se modificaram, porque antigamente não tinha um trabalho igual em todos os municípios, cada um executava uma determinada prática, sem a Norma Operacional Básica, que determina uma equipe mínima, por exemplo. Então tudo isso faz parte, senão não teríamos condições para o fazer profissional (Entrevistada: Vitória).

Visita domiciliar, entrevista individual, o trabalho com grupos (famílias), esse é o trabalho desenvolvido, [...] atendimento individual, tudo isso subsidia a prática profissional (Entrevistada: Maria).

Como podemos observar, Carol, coloca ênfase nos instrumentos, que são utilizados com a finalidade de qualificar sua intervenção profissional, assim como destacado por Maria. Para vitória, as legislações pertinentes a profissão e ao Serviço Social aparecem com objetivo determinado de nortear o fazer profissional.

Diante dos relatos, Guerra (2011, p. 168-169), aponta que o foco dados os instrumentos e técnicas utilizadas pelos profissionais, no exercício profissional, é superior ao demais componentes que compõem a prática profissional. Para a autora,

[...] o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos imanentes do modo de ser e de se constituir do Serviço Social. [...], as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elemento fundamentalmente necessário à objetivação das profissionais que compõem o projeto profissional [...].

É importante lembrar que o projeto profissional, conforme sintetizado por Paulo Netto (1999, p. 95),

Apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teórico, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as

organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.

Em Iamamoto (2008, p. 134), encontramos:

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESS/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis.

Dessa forma, conclui Guerra (2011, p. 169), que os instrumentais (como instrumentalidade) ajudam a operacionalizar o projeto profissional. Na medida em que os profissionais desenvolvem uma intervenção, são técnico-críticos, práticos-intelectuais (ao mesmo tempo), uma vez que precisa conhecer qual a finalidade de sua ação e como alcança-la. Mas quando é atribuído à metodologia certa autonomia e o separa do projeto profissional, “[...] o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial [...].”

2.4 Os propósitos do trabalho profissional do assistente social

Os depoimentos abaixo relacionados fazem referência aos propósitos da prática profissional do assistente social e essa indagação trouxe à tona uma importante discussão para a categoria profissional. Como podemos observar, esse propósito vincula-se à execução da política, ou seja, inclusão/exclusão das famílias nos programas, projetos e serviços desenvolvidos pelo município, como foco principal para atuação profissional do assistente social.

A garantia do Direito e ser um agente facilitador de acesso a essas pessoas aos seus direitos, aqui na Prefeitura, seria orientando essas pessoas sobre programas, projetos disponíveis do município encaminhando e orientando sobre a forma de acesso a essas políticas e acompanhando se esse sujeito realmente teve acesso e teve seu direito garantido (Entrevistada: Marina).

Aqui, nós acompanhamos as famílias, em programas, serviços e projetos da assistência social que estão envolvidas em várias questões sociais, por exemplo com relação a saúde. Enfim, envolvidas em várias questões sociais, e o serviço social é uma profissão de conhecimento que ultrapassa a mera aparência dos fatos. Busca uma visão crítica da realidade no enfrentamento dessas questões (Entrevistada: Renata).

Vamos pensar o CREAS, ele trabalha com ele vai tentar buscar, articular, com a política de serviço pra esses dois segmentos (adolescentes e idosos). A gente fica muito assim com as mão atadas pra você oferecer serviços de qualidade que ofereça oportunidade para esse jovem se desenvolver e pensar como cidadão, cidadão futuro até desse mundo, e eu vejo também no idoso a fragilidade que é ter o apoio familiar. Também há pouca, como dizer, pouco serviço pro idoso também. Então eu vejo que no dia a dia do trabalho, você tem um trabalho de formiguinha. Tentar estabelecer relações e fortalecer essas relações, dentro das possibilidades deles, de forma legal, ser agentes políticos multiplicadores, e conduzir assim, da melhor maneira deles que eles possam também não ficar só recebendo de cima pra baixo, mas que eles possam ser agentes transformadores (Entrevistada: Duda).

Cotidianamente, os assistentes sociais, em seu processo de trabalho, desenvolve ações que atendem as demandas trazidas pelos sujeitos atendidos, por meio da execução de políticas públicas. São, portanto, “executores” da Política de Assistência Social. É através de instrumentais específicos (reuniões, entrevistas, encaminhamentos, etc.), que este profissional desenvolve suas intervenções que tem um fim determinado, qual seja, obter informações sobre a realidade daquele indivíduo ou família, no que tange as condições de moradia, de renda, de emprego, de saúde, de acesso as políticas públicas (educação, assistência, saúde, etc.), com objetivo de fomentar estratégias que supere e ultrapasse os padrões socioeconômicos que impõe desafios ao seu cotidiano e superação da desigualdade e da pobreza.

O compromisso com a afirmação de direitos contidos em serviços prestados é uma necessidade imperial do assistente social contido, inclusive, no seu Código de Ética. A questão está no entendimento que temos sobre o papel e os limites que tais serviços possuem, portanto, objeto necessário da crítica que permita visualizar não somente o que a política faz, mas a quem serve, com qual alcance, sua importância e seus problemas. A formação profissional sustentada na relação entre teoria e prática para além do uso mecânico de cada uma delas e ou a submissão de uma

sobre a outra, não permite enxergar as contradições contidas nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social, nos Centro de Referência de Assistência Social, na política de assistência social em curso, na realização das atividades vinculadas aos programas e projetos realizados, enfim, não permite ir além do imediatamente apresentado para a realização do trabalho profissional do assistente social. Embora essas questões sejam inevitáveis, existe um espaço necessário que o profissional pode exercitar vinculado à análise crítica do contexto que está inserido, mas isso está diretamente vinculado à formação profissional que o sustenta.

Não podemos esquecer que “[...] a profissionalidade do Serviço Social, [...] está cotidianamente construída, conduzida e reconstruída no movimento entre conservadorismo e renovação [...]”, o que sem dúvida orienta a intervenção deste profissionais, como tão bem nos lembra Guerra (2011, p.13). Além disso é fundamental que o assistente social tenha a compreensão que seu papel enquanto trabalhador está inserido no interior da divisão social e técnica do trabalho. Isso significa perceber, conforme destaca Guerra (2011, p. 17), que:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas exerce sobre a funcionalidade da profissão e recuperasse as políticas sociais, não apenas enquanto espaço de inserção do assistente social, mas, sobretudo, enquanto determinação, ordenamento, prescrição das formas de intervenção profissional.

Sua posição, não distinta dos demais trabalhadores que vendem sua força de trabalho nos espaços de ocupação profissional, é subordinada e sofre o impacto de limites concretos que permitem o aprofundamento da alienação destituindo deste trabalhador sua autonomia profissional, critério essencial à realização do projeto profissional (IAMAMOTO; 2008, p. 347-349).

Ainda sobre a questão que trata dos propósitos da prática profissional do assistente social, o próximo depoimento acrescenta:

Então. O propósito da prática profissional é relacionar a proposta competência ético-política, o técnico-metodológico e técnica-operativa. Mas como eu já relatei na pergunta anterior, a prática do dia a dia acaba nos impedindo de fazer isso. É lógico que cada profissional desenvolve sua prática pautada numa teoria, mas muitas vezes sem saber, sem parar para olhar para isso. A proposta do meu trabalho aqui no CREAS, trabalhando com violência sexual, com

famílias vítimas. A gente trabalha no sentido de prevenir a violência, quebrar o ciclo da violência, orientar os pais para que a violência não volte a ocorrer com seus filhos. Para isso usamos várias técnicas, inicialmente acolhimento e escuta a utilização de instrumentais específicos para descobrir um pouquinho mais do histórico dessa violência, como esse histórico se dissemina nessa família, várias orientações a essa família, grupo, dinâmicas, são esses os instrumentais para nossas intervenções (Entrevistada Carol).

O depoimento de Carol, que deixa bem claro as condições para a realização do trabalho do assistente social estão postas na realidade cotidiana, determinam e limitam o fazer profissional. Novamente é importante esclarecer quando se trata dos instrumentais e técnicas, não será, o seu domínio (único e exclusivo) que permitirá intervenções qualificadas e esse equívoco é recorrente em todos os depoimentos.

2.5 Sobre a Política de Assistência Social no cenário brasileiro e seus reflexos no trabalho desenvolvido pelo Município de Sertãozinho

Neste próximo momento, faremos uma breve discussão acerca da Política de Assistência Social no cenário brasileiro e quais os seus reflexos para o trabalho desenvolvido no município de Sertãozinho (nisso a relevância teórico-prática para o assistente social). Inicialmente destacamos que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se apresenta como um dos eixos que compõe o Sistema de Proteção Social no âmbito da Seguridade Social e até seu surgimento em 2004. Boschetti (2009, p. 329), destaca que “[...] a assistência social manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente a previdência”, esta política tem como objetivo regulamentar e instituir a Lei Orgânica de Assistência Social e ratificar a assistência social enquanto política social pública. Suas diretrizes e princípios voltaram sua atenção para a família (matricialidade sociofamiliar) e o trabalho desenvolvido envolve ações de proteção social.

Paralelamente a isso, destacamos o que as profissionais responderam sobre essa questão.

Vou tentar, pois acho uma “questão ferrenha”. Infelizmente, quando falamos de política de saúde, política de assistência social é tudo amarrado com questões partidárias, o trabalho ficou político-partidário, então acho muito delicado, mas eu vou tentar. Acho que em termos nacionais, quando falamos de política nacional de assistência social a proposta que a política traz, ainda tem muita coisa para melhorar, para que ela avance e defina se será universal, ou de que dela necessitar, tem a questão dos mínimos sociais. O que é isso de mínimo? A gente já vive com o mínimo, até a gente que tem emprego, vive com mínimo. Então o que é isso de mínimo social? Porque na prática ainda é uma política punitiva, é uma política que tem uma proposta emancipatória, mas que de fato (eu particularmente), não vejo. O que seria real é oferecer para o usuário, aquilo que realmente ele veio buscar. Então assim, na minha experiência, vou citar um exemplo, nosso trabalho existe há 08 anos, por 07(sete) anos tivemos o curso de qualificação doméstica sendo oferecido a população. No entanto, nos nunca tivemos uma procura real por este curso, para ser qualificada como empregada doméstica, as pessoas procuram por outros cursos. Entendo que haveria mil outras opções de qualificação que não fosse o trabalho doméstico. Outro exemplo, bem recente, o pessoal procura por curso de panificação, no então, acabamos cumprindo apenas o que existe, o que temos para oferecer. Então eu vejo com a minha experiência que é esse o grande paralelo que eu falo, tem procura para curso de costura, é o que as pessoas querem fazer, pois teria várias oportunidade de emprego. No entanto não é o que temos para oferecer (Entrevistada: Brenda).

A política de assistência num contexto maior, histórico a gente pensa nas contradições da sociedade capitalista e no contexto da atual política percebe-se que ela vem sendo implementada com objetivo de contribuir para inclusão da justiça social, implementar uma cultura de cidadania. Quanto ao município, à política de assistência social ela tá dentro de um sistema descentralizado e cada município cabe uma responsabilidade inclusive quanto na formulação, mas principalmente na execução [...] Por exemplo, tem ações que competem ao município que são ações do governo federal, estadual e municipal, no município você trabalha com a população, pois o governo local está próximo da população. [...] o Programa Renda Cidadã. É um Programa do Governo do Estado que está de acordo com a Política de Assistência e a família recebe R\$ 80,00, para participar do Programa é meio salário per capita. Só que, quem acompanha e cadastra as famílias é o município. E neste Programa existem condicionalidades e elas tem que ter a parte que cabe à elas que é frequentar as atividades do CRAS, manter a frequência escolar das crianças entre 06 e 15 anos e apresentar carteirinha de vacinação em dia. Tem essas condicionalidades e a gente acaba criando outras para ver se o Programa está realmente atingindo o objetivo de emancipação da família. O que acontece é que este Programa já existe o recurso financeiro que o Estado passa e o município tem que estar de acordo. E aí, relacionando com os limites e possibilidades, é difícil chegar até as famílias. O objetivo não é os R\$ 80,00, é o meio. É uma possibilidade para trabalhar com as

famílias, só que os limites é como eu falei, senão tiver um determinado número de profissionais, no local você não consegue fazer o acompanhamento. Por que não é só acompanhar, é divulgar o Programa, é fazer Busca Ativa, para ver quem está no perfil, é cadastrar, é fazer com que a família participe das atividades proposta (Entrevistada: Renata).

Acho que após a aprovação da Política em 2004, que veio a implantação do SUAS, a assistência social se apresenta de forma mais organizada. Ela traz a gestão compartilhada e as ações com objetivo de proteção à família e os reflexos aqui no município é muito bom, porque Sertãozinho se encontra na gestão plena e teve a implantação de cinco CRAS e um CREAS. Tá tudo mais definido, mais organizado no que se refere a proteção básica e especial. Acho que a própria população já consegue identificar isso, CRAS uma coisa, CREAS é outra. Assim, a política teve um reflexo positivo aqui no município. (Entrevistada: Carol)

Relacionar a Política de Assistência Social eu considero que houve uma grande evolução por considerar o sujeito de direitos, mas o que tá na Política ainda tá bem distante da realidade. Em relação ao próprio profissional a questão do histórico do Serviço Social ainda é muito forte, muitos profissionais tem o discurso da garantia do direito, mais ainda não exteriorizaram isso, ainda reconhece aquela pessoa atendida que ele precisa apenas do que está pedindo, seja a cesta básica, ser incluído num benefício, um serviço, mais não consegue perceber a realidade que está por traz desse sujeito. Ainda vê o sujeito como uma pessoa que não se adequa a realidade, ou seja, não consegue fazer uma reflexão do que tá sendo oferecido aquele sujeito. Ainda reconhece aquela pessoa como alguém que não se adequou a realidade e não como uma pessoa de Direitos que não teve acesso garantido. A exemplo a questão do trabalho, pois o desemprego existe, não é todo mundo que tem garantia de acesso ao trabalho, que consegue entrar no mercado de trabalho e por causa disso a falta de trabalho e de garantia de uma renda faz com que as pessoas vivam em situação de vulnerabilidade e muitas vezes precisam recorrer a Política de Assistência por isso. Aí é vista como aquela pessoa que não quer trabalhar, que não tá no mercado de trabalho por que não quer, não corre atrás, porque não procura um emprego. Então vejo essa questão do trabalho muito presente nas famílias, falta de acesso, desemprego. Acho que é o principal exemplo: é difícil fazer a análise que o mercado de trabalho não ter emprego para todos (Entrevistada: Marina).

A Política Nacional de Assistência Social, sob a qual os profissionais trabalham, impõem condições reais a estes profissionais, delimitando e orientando o fazer profissional. Para todas as entrevistadas há impasses que limitam a garantia de direitos por meio da própria política de assistência social e, em alguns casos, do próprio profissional. Vejamos: para Brenda, embora os assistentes sociais trabalhem

para a garantia de “mínimos sociais”, como preconiza a Lei Orgânica de Assistência Social, a mesma lei não caracteriza o que são os “mínimos sociais”, mas sinalizam que são firmados a partir da garantia de “necessidades básicas”. Lembramos que o debate entre “mínimos sociais” e “necessidades básica” é amplo e não se desenvolve somente na área do Serviço Social.

Já as entrevistadas Renata e Carol, destacam a descentralização e responsabilidade dos programas em diversos níveis, como aponta uma das diretrizes previstas na LOAS. Renata acrescenta ainda que a assistência social enquanto direito pode contribuir para “implementar a cultura de cidadania”. Ressaltar a “cultura de cidadania” por meio da política de assistência social merece destaque quando consideramos que o conceito de cidadania é amplo, embora obedeça a princípios básicos por meio da garantia de três pilares: direitos civis, sociais e políticos.

A entrevistada Mariana faz referência a visão de alguns profissionais que utilizam de conceitos conservadores e da própria gênese de construção da assistência social para justificar os direitos dos usuários aos serviços, programas e benefícios da assistência social, ou seja, a falta de “emprego para todos” é considerada como uma visão pontual/reducionista de alguns profissionais como forma de fazer com que o cidadão se adéque a realidade da falta de emprego, o que, sabidamente é uma contradição presente nesta sociabilidade e para o assistente social lhe aparece como reflexo da questão social.

As entrevistas demonstram que os profissionais possuem potencial de análise sobre a realidade em que vivem e trabalham. O aprofundamento da formação profissional no sentido de qualificar a relação teoria e prática, ajuda não apenas na crítica que o assistente social elabora acerca de sua atuação profissional, mas permite vislumbrar outros horizontes que jamais reduzem a profissão à assistência social, seu marco legal, seus objetivos e seu alcance. A profissão certamente não pode se confundir com o espaço de atuação, moldar-se a ele, limitar-se a ele. A profissão precisa dialogar com esses espaço e todo aparato que o sustenta. Sem isso não há a menor possibilidade de se estabelecer uma relação teoria e prática nos moldes sugeridos nessa dissertação.

2.6 A profissão no atual cenário brasileiro

Pensar o Serviço Social na atual conjuntura é de suma importância para a categoria profissional dos assistentes sociais. Diante disso, questionamos as informantes sobre a visão que elas tinham da profissão no atual cenário brasileiro.

A gente tem uma política por detrás. Tem a questão da política neoliberal, do mínimo. Ela interfere de forma drástica na própria relação da profissão com o usuário mas eu vejo a importância que as lutas mesmo da própria categoria do envolvimento a gente está inteirado com movimentos sociais, mas aí você começa pensar também que o atual momento a gente não tem aquele movimento lá de trás o quanto os profissionais nem da própria população de falar “olha nós estamos aqui, nós existimos” mas a gente parece que está um pouco não mórbido mas concedentes apáticos com a atual realidade. Então aí volto também na questão da relação teoria e prática desse olhar pra profissão quanto as mudanças foram realmente e o quanto algumas coisas depende não só da gente mas movimento da categoria toda. Na faculdade foi uma das conselheiras lá do CRESS, divulgar o CRESS, falar aí mas começaram a questionar mas o CRESS não mobiliza isso, mas vocês não participam também e aí? Porque querendo ou não a gente participando da categoria nosso Conselho. Tem muita coisa a ser avançada (Entrevistada: Duda)

Eu volto a falar da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS. Eu acho que o profissional ganhou muito com este avanço da política que tanto planejava, a assistência ficou mais clara. Eu acho que ganhou sim, mas dentro disso, como foi pontuado em questões anteriores, o trabalho nunca vai ser realizado da forma ideal porque tem os limites tem os entraves. A própria Política tendo trazido avanços, como eu já referi, em alguns momentos ela nos limitam (Entrevistada: Carol).

A profissão tá crescendo muito, ganhando espaço, mas ainda existe aquela visão do assistente social, como sendo aquela pessoa boazinha, tem também aquela visão do assistente social que vai lá em casa para tirar meu filho. Mas acho que a profissão tá crescendo, devido da Constituição e a Política Nacional de Assistência Social. Enfim, neste cenário brasileiro, acho que a profissão tá ganhando espaço (Entrevistada: Ana).

Para Duda a profissão na atual conjuntura é contraditória em dois pontos: primeiro, ao passo em que se consolida enquanto política pública de garantia de direitos amplos, também sofre com a “política neoliberal” ao prever que os serviços oferecidos pelo Estado estejam inseridos no contexto dos “mínimos”; segundo

aspecto, é a relação entre a prática e a teoria, que, por várias vezes pode se configurar enquanto prática *versus* teoria quando, no exemplo citado, os “movimentos sociais”, há o distanciamento do profissional com a realidade dos indivíduos enquanto sujeitos ativos de direitos. Destaca, ainda, pertinentemente, um aspecto importante: o que ela denominou de certa apatia diante dos acontecimentos atuais que recai em certo tipo de resignação diante da dura realidade.

A entrevistada Carol, contribui ao destacar que a assistência social, diga-se no enredo de sua entrevista, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), colaborou para a visibilidade da profissão. Note que há aqui, novamente, em que pese as conquistas do SUAS, uma redução da profissão à assistência social, no momento em que a profissional é indagada sobre a profissão no atual cenário brasileiro. O avanço da profissão é atribuído ao avanço do SUAS, sem a preocupação de discutir os “limites e entraves” dessa política e as conquistas da profissão como tal: o Código de Ética, o Projeto Ético-Político Profissional, as lutas travadas no campos do trabalho profissional lideradas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (entre elas a da jornada de 30 horas), as conquistas no campos da formação profissional com apoio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre outros aspectos completamente ausentes.

Já a entrevista Ana, destaca que na conjuntura brasileira a profissão ganhou visibilidade, contudo sobre a vertente estigmatizada de caridade (“pessoa boazinha”), ou simplesmente funcionalista (“assistente social que vai lá em casa para tirar meu filho”). Identifica, a exemplo de Carol, as conquistas no campo da assistência social com os avanços da profissão Serviço Social.

O atual cenário é um reflexo de transformações societárias que vem ocorrendo e que ainda está em plena mudança, o que exige destes profissionais um olhar mais aprofundado sobre os processos que envolvem todo esse movimento, pois não é possível desconsiderar as questões macroeconômicas, não numa relação causal, mas ontológica que contribua potencializando a intervenção profissional do assistente social.

Os exemplos foram dados pelos próprios profissionais. Foram selecionados dois depoimentos que abordam os limites e as possibilidades existentes à atuação profissional.

Os programas, projetos, serviços e benefícios elas possibilitam que o profissional se aproxime da população e acabam sendo o meio para acompanhar a população para trabalhar com as famílias, aí o que delimitam a atuação profissional e a questão dos recursos financeiros, humanos e materiais. [...] Às vezes para você acompanhar um determinado grupo, precisa ter atividades, precisa ter equipamentos, materiais, data show, câmera fotográfica, recursos neste sentido e a maioria dos municípios que eu conheço, inclusive aqui, a gente não tem um número ideal tanto de recursos materiais quanto humanos (Entrevistada: Renata).

Como eu falei da questão da estrutura física, a gente se adequa do jeito que dá, mais ainda não é ideal. Dentro do que temos a gente se vira, falando no senso comum, sabe. Mas, acho que o limite seria esse, o espaço físico. As possibilidades, a reforma, construção de novas salas. (Entrevistada: Carol).

Sem dúvidas, os limites são muitos em detrimento das possibilidades. Como bem destacou Carol, “a gente se vira”, falando no senso comum”, lembrando que o Estado, como se configura hoje, sob os ditames da política neoliberal, é cada dia mais mínimo para o social.

2.7 Sobre a relação entre teoria e prática e o exercício profissional do assistente social

Caminhamos, até aqui, e fomos desvendando alguns empasses presentes na profissão, empecilhos impostos aos profissionais, aqueles próprios da Política de Assistência Social, das determinações que dos espaços ocupacionais, limites e possibilidades, procurando esclarecer quem são os sujeitos atendidos pelos assistente sociais e quais os propósitos da prática profissional.

As profissionais entrevistadas também salientam a importância da teoria e da prática para a realização da intervenção profissional ao mesmo tempo que relatam suas dificuldades – presentes no cotidiano profissional – e como estas impõem à categoria profissional, assim como, o distanciamento, desconhecimento e dificuldades na apreensão do referencial teórico. Vejamos.

Acho que está estritamente ligado (a teoria e a prática). Mas como eu já falei em questões anteriores, enquanto profissional não consigo visualizar me relacionando teoria e pratica. Mas é logico que eu faço

tudo desenvolvido na relação teoria e prática. Inclusive eu tenho uma amiga que dizia que eu faço sim. Só que não paro para pensar. Por exemplo, quando eu citei a questão da instrumentalidade é teoria e os instrumentais que eu aplico no meu trabalho é a prática. [...] De posse do conhecimento, o profissional pode planejar a sua ação como muito mais propriedade, visando a mudança da realidade e assim no momento da execução de sua ação o assistente social constrói a sua metodologia de ação utilizando de instrumentos e técnicas de intervenção. Encaminham sim, metodologicamente (Entrevistada: Carol)

Ambas se complementam (a teoria e a prática), você não consegue realizar uma boa pratica se você não tiver um teórico bom. Ao mesmo tempo, não adianta saber fazer somente, tem que saber o porquê. No dia a dia tudo é muito dinâmico e complexo, então você começa a perceber que aquela teoria é uma base, com certeza e que elas se completam. Apesar dos limites que possa ter, é possível efetivar a teoria. [...] Mais encaminham do que delimitam. Pois é a questão de você juntar as duas coisas (teoria e prática), abre um leque de possibilidades de intervenção (Entrevistada: Renata).

Nos trechos acima selecionados, não existe muita clareza sobre o que é a prática e teoria, mas é ressaltado a sua importância na execução do trabalho profissional do assistente social. Para a teoria é atribuída a função de responder a prática profissional, numa relação direta.

No próximo depoimento, abaixo relacionado, para a profissional a teoria contribui com a análise e leitura da realidade social, o que sem dúvida se configura como elemento necessário à ultrapassagem do imediatamente posto, no desvelamento da essência do fenômeno (sem é claro esgotá-lo).

Teoria é tudo o que embasa o trabalho, toda a conceituação e a prática é o fazer. Mas é difícil separar. A teoria é embasada na prática, no dia a dia. Não consigo uma relação entre as duas. Existe uma relação (entre teoria e prática), pois se você pensar na prática sem a teoria, fica aquele fazer do senso comum, as vezes sem embasamento. E a teoria sem a prática, não é real. Uma teoria que não tenha por base o trabalho. Para exemplificar, quando você atender uma pessoa, (pensar a questão da teoria) é pensar, quem você acredita que é aquela pessoa que você tá atendendo? O que você vê? Uma pessoa boa que te procurou por uma motivo, ou você consegue visualizá-lo como um sujeito que está inserido numa determinada sociedade, que tem a sua família, que tem uma realidade muito maior a sua volta. Da forma como você vê aquela pessoal, é a forma como você vai conseguir atende-lo, dependendo do que você naquela pessoa, tem a questão do preconceito, se você culpabilidade o usuário. Vou dar uma cesta básica, porque ele não tá trabalhando, porque não consegue manter a família dele ou porque

não é oferecido para ele o que ele teria de direito (Entrevistada: Marina).

Para tentar entender, destacamos a fala de Marina, no trecho que remetia a questão dos limites e possibilidade para a atuação profissional do assistente social, onde ela destaca:

Possibilidades, é buscar maior conhecimento e sempre aprimorar esse conhecimento para que a pratica profissional qualificada. Os limites, (falando de prefeitura) do que pode ser oferecido para os usuários, ele teria mais direitos, só que a gente só consegue garantir determinado acesso, por falta de política no município. Isso eu considero como um limite de trabalho. Falta de recursos, pois as vezes você vai atender sabe que a família necessita de uma atendimento especializado até de outras políticas (educação, saúde), saindo um pouco da assistência, mas esses serviços não são oferecidos, o que seria ideal, mas que a gente não para oferecer (Entrevistada: Marina).

Dessa forma, considerando que a teoria social crítica oferece condições para uma compreensão da realidade social de maneira crítica e histórica, compreende o ser social (inserido nesta sociabilidade burguesa), na interação, produção e reprodução da sociedade burguesa, é compreender a importância da teoria e do método histórico-dialético, como meio necessário à reprodução ideal o movimento do real, que ocorre através de aproximações sucessivas, que conta com a articulação entre a teoria e a metodologia, como etapa fundamental à compreensão da realidade. Nesse sentido, concluímos que as condições objetivas (“falta de políticas no município”, “falta de recursos”), são reais, se colocam contidamente para os sujeitos atendidos pela assistência e esta aproximação, num primeiro momento considerada como impossível: “Não consigo uma relação entre as duas”, sem elas, não seria possível realizar esta leitura da realidade descrita pela entrevistada Marina.

A lacuna ainda persiste devido a frágil aproximação entre a teoria social crítica e o próprio Serviço Social, que se depara com insuficientes condições no próprio espaço de atuação de trabalho e da intervenção deste profissional e não em decorrência da ausência de metodologia profissional. Ocorre que a prática fragmentada é endossada por uma compreensão equivocada do que é e qual

finalidade da teoria, e assim, a dificuldade em perceber que a teoria sem a prática (e vice versa), impossibilita a realização de uma práxis profissional qualificada.

Segundo Iamamoto (2000, p. 21):

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho

Toda essa discussão trazida até este momento, tem a pretensão de esclarecer um pouco mais sobre esse tema, alvo de inquietações da categoria profissional dos assistentes sociais. Em outro depoimento, verificamos a dificuldade na clareza sobre a função da teoria, que ainda aparece distante da prática, entendidas como métodos, que corretamente aplicados garantem uma intervenção mais qualificada.

Teoria e prática, tem que andar sempre juntas, devido as dificuldades que a gente enfrenta todos os dias, se a gente não tiver um respaldo teórico, você fica estagnado, fazendo muita coisa errada. Eu acho que teoria e prática tem que andar juntas, as vezes, tem uma teoria, na prática a realidade é muito mais complicada. É importante (a pesar da dificuldade) está estudando, porque senão a gente não consegue vencer os desafios. Por exemplo, todos os casos que a gente atende, vamos relacionando, com nosso conhecimento ético-político, conhecimento que são próprios da nossa profissão. Por exemplo, na visita domiciliar, quando você chega, e é recebido, a forma como você entra naquela casa, você tem que ter clareza, do que fazer, saber que não é para investigar, mas sim para conhecer, a realidade daquela família, como se organiza, etc. [...] Eu acredito que elas encaminham, é o que falei: Você não trabalha do que jeito que quer. Tem uma metodologia a seguir, para trabalhar. Quando você, por exemplo, na pressa atende uma família é diferente de quando você atende com mais tempo, trabalha as dificuldades e as possibilidades (Entrevistada: Ana).

Guerra (2011, p. 174), esclarece que entre os profissionais, a relação teoria/prática, aparece numa relação causal, onde a “[...] teoria é reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, objetiva-se numa prática burocratizada [...]”, demonstra muito dos aspectos destacados pelos profissionais nesta entrevista.

Muito equivocadamente, a dicotomia entre teoria e prática é um problema concreto aos profissionais. É preciso entender que teoria, não com objetivo de “aplicação”, mas como um processo que é orientado por um método, que contribui a medida que “ilumina” o real e sua leitura e análise contribui com a produção de conhecimentos, numa perspectiva ontológica, que considera o contexto socioeconômico, social, político e cultura, do ser social nesta sociabilidade.

Ainda sobre essa discussão, Duda, apresenta as dificuldade encontradas no cotidiano profissional. Relata a falta da teoria e destaca o fazer profissional condicionado a rotinas que lhe impede de realizar uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade (que se apresenta de forma imediata), o que acaba levando sua intervenção apenas a ações de reprodução do instituído. Duda relata também a ineficácia das políticas, ao perceber que os sujeitos que estão na assistência social permanecem por vários anos (“Essa pessoa estava aqui!”, “Porque ela continua?”). Destaca, também, uma visão mais abrangente sobre a prática profissional do assistente social, capaz de transformar a realidade dos sujeitos atendidos, possível através da intervenção profissional.

É de fundamental importância essa teoria, hoje eu vejo quanto ela me faz falta. Para Eu pensar em intervenção, para pensar meu trabalho as vezes a gente tem muita resistência. A gente tá num momento do imediato do mínimo, a própria política é o mínimo (aquela coisa seletiva). Tem momento que você se depara com algumas situações, quando tem certos finais de ano da secretaria você vai em eventos e toda comunidade ali. Você fala assim: “gente lembro no meu estágio (na graduação), mas essa pessoa estava aqui” porque ela continua? Eu não consigo ter acesso de repente as minhas condições financeiras não dá mas porque eu quero permanecer nisso? eu tenho que buscar outras coisas eu só vou depender de um benefício eu também sei que o sistema, a atual sociedade faz você ser um dependente da política e aí você não se vê outro jeito de mobilização mesmo de buscar outras alternativas que não for aquele benefício de ficar dependendo. Em uma das reuniões da secretaria uma das profissionais falou para um dos senhores que ia tirar a cesta: (“ô há 23 anos eu recebo como vai tirar isso de mim?”) Muitas vezes os próprio vereadores (que a pessoa vai lá procurar o serviço), tem o CRAS que é referência primeira de entrada ao serviço, mas vem o vereador e “dá cesta básica” manda [...] para o CRAS, que tem entregar a cesta básica para aquela família “o vereador tal me deu uma cesta” [...] hoje eu consigo ver, antes eu tinha aquela coisa, não que eu era aquela coisa assistencialista nunca pensei nisso mas enquanto a teoria e pratica ela é de fundamental importância para realizar mudança e [...], e conseguir fazer as intervenções.

2.8 Sobre a dimensão ético-política do Serviço Social

Neste momento, para finalizar nossa análise (embora não termine aqui), partimos do pressuposto de que o fazer profissional precisa estar em consonância com os valores e princípios legitimados em nosso Código de Ética e que para ações interventivas qualificadas, que vislumbre concretamente o enfrentamento das demandas apresentadas aos profissionais, pelos sujeitos atendidos na assistência, é exigido um processo contínuo de estudo e capacitação ético-política e teórico metodológica. A dimensão ético-política conta com a referência, o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Normas Curriculares, que são essenciais por permitirem que estes profissionais tenham clareza e se posicionem em favor “[...] da equidade e da justiça social, da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania [...], se declara radicalmente democrático [...]”, conforme destacado por Paulo Netto (1999, p. 16), que compõe, é claro, a proposta do projeto profissional da profissão. O posicionamento ainda vai muito além, ao destacar a importância da formação profissional, da investigação científica, da qualificação do modo de interação com os usuários atendidos (sobretudo o processo de participação e controle social), além de referenciar o contato com os demais profissionais de outras áreas, priorizar e enfatizar o pluralismo, no exercício profissional, além de reconhecer a liberdade, a autonomia, a emancipação e ter como orientação a construção de uma nova ordem societária, aspectos que foram pontuados por Paulo Netto (1999, p. 15)

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, e gênero [...].

É importante destacar que todos os profissionais apresentam, durante seus depoimentos, algum dos elementos que afirmam nosso projeto profissional, condição indispensável que formaliza e legitima a atuação profissional do assistente social.

Para Renata, o compromisso com a população atendida, com os movimentos sociais, a defesa do Código de Ética, também presente no depoimento de Marina. Os princípios e diretrizes da legislação profissional que orienta o fazer profissional, são destaque no relato de Vitória, que também destaca a importância do Projeto Ético-Político, assim como enfatizado pela entrevistada Ana e Duda.

Eu acredito que a dimensão ético-política está presente no cotidiano do profissional através do posicionamento do profissional à favor do compromisso com a população, dos movimentos sociais, da autonomia e da emancipação, das leis, do Código de Ética e mesmo a NOB (Entrevistada: Renata)

A própria legislação da profissão com seus princípios suas diretrizes, que na prática, nos orienta no fazer profissional. Tudo isso condiz com os princípios do projeto Ético-político, que temos que sempre acompanhar (Entrevistada: Vitória)

O nosso código de ética já prevê, o Projeto Ético-político, o trabalho do assistente social, crítico, transformador. Os profissionais (nem todos), vêm as questões que são trabalhadas, como questão social e não como contingência. Acho que isso tá muito perto de nosso projeto ético-político, enxergar o reflexo da exploração de classe (do sistema capitalista) é que isso acarreta várias situações que a gente trabalha. Não adianta, aos profissionais, apenas incluir num dado benefício, tem que ter aquela visão transformadora (Entrevistada: Ana)

Eu acredito que sim, senão o assistente social, não estaria desenvolvendo o que ele desenvolve. Por exemplo o Código de Ética a LOAS, sem eles não poderíamos trabalhar (Entrevistada: Carol)

Olha, será que vou saber? Estou pensando nas atribuições desse profissional e do papel transformador do assistente social e hoje ele assim como um articulador – não articulador – mas, pensando no projeto ético político. [...] (Entrevistada: Duda).

Tenho um pouco de dificuldade de entender o que essa dimensão ético-política para a profissão, o que significa. Mas acredito que efetivar o trabalho como a Política propõe, percebendo que embora seja proposto várias coisas, na hora da efetivação, tem a questão de ser focalizada. Conseguir atuar com o que propõe a política, exige atenção as legislações e reconhecer que nem tudo é da forma como pé colocado. A gente só consegue executar da forma que é proposto mesmo. Para subsidiar e direcionar meu trabalho, a questão ética, com o código de ética, a questão das atribuições na relação com os indivíduos que vai atender, com os demais profissionais (Entrevistada: Marina).

Todavia, é visível a ambiguidade que o Projeto Ético-Político defendido pela categoria profissional dos assistente social, embora tenhamos incerteza se isso é claro a todos os profissionais – e o modo de produção capitalista nos molde como se configura, com suas característica que direcionam contrário a propostas vinculadas a projeto profissional do Serviço Social, onde o trabalho sofre com o aviltamento das condições de trabalho – cada dia mais precarizada, a supressão dos direitos, a privatização do Estado, principalmente com o desmanche e desinteresse nos serviços públicos em detrimento, sempre, do capital. É neste cenário que se afirma a importância do Projeto Ético-político – mais do que tudo – e não o contrário, [...] porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático) ao neoliberalismo [...]”, afirmação extraída de Paulo Netto (1999, p.18-19).

2.9 Sobre a importância das experiências de capacitação profissional

A experiência de capacitação profissional é um meio necessário para aproximar a teoria social crítica, daí a importância dessas experiências. Todavia, para apreender mais profundamente o processo de desenvolvimento e constituição da realidade, numa perspectiva de totalidade, a formação profissional, sem dúvida, precisa estar pautada numa perspectiva histórico e dialética.

O que se observa na fala das entrevistadas, após a realização do graduação, é que os profissionais buscaram aprimoramentos. Com a exceção de Duda que se matriculou em curso de pós-graduação, as outras profissionais deram ênfase em cursos de capacitação promovidos pela Prefeitura que trabalham ou em outras prefeituras ou em instituições que disponibilizam cursos e aprimoramentos específicos. O aspecto relevante é que estas capacitações são voltadas para operacionalização de programas (Curso de Cadastro Único), ou pontuais para a garantia de direitos (Políticas para Mulheres na Prefeitura de São Carlos) e o Serviço de Atendimento à Violência Doméstica e Agressão Sexual, do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (SEAVIDAS).

Considero que trabalhar em Sertãozinho, foi muito rico, pois é um local com muitas possibilidades de ter informações sobre o que tá acontecendo na área, a DRADS está sempre promovendo encontros e a Secretaria está sempre convidando a gente para cursos, as conferencias que sempre têm palestras, etc. Então eu considero tudo

isso uma capacitação, pois você está sempre agregando alguma coisa. Então assim, o trabalho aqui, por exemplo, fiz algumas qualificações para trabalhar com o Programa Estadual de Qualificação Profissional que acrescentou em relação ao trabalho (Entrevistada: Brenda).

Eu comecei em 2009 a minha pós, fiz até na UNAERP, só que por conta de renda, assim, como eu não estava trabalhando eu precisei me ausentar, então eu fiquei um ano fazendo a pós, mas por conta de necessidade financeira eu tive que parar a pós, agora estou retomando. A pós era na área de projetos sociais, elaboração de projetos sociais e não cheguei a concluir, fiquei um ano, seria mais um ano (quase para terminar), mas por conta financeira não deu (Entrevistada: Duda).

Fiz um aprimoramento na área da saúde, num hospital. Fora isso fiz cursos, mas duradouros um de Políticas para as mulheres na Prefeitura de São Carlos, um curso de Cadastro Único que foi intensivo, durante uma semana. Os demais foram palestras, nada muito focado (Entrevistada: Marina).

Depois da graduação, mesmo não estando atuando, de palestras, algumas discussões. Porque é uma coisa que eu gosto muito me interesse bastante, para não me desligar. E aqui, a gente tem algumas capacitações que a gente faz. Por exemplo, no SEAVIDAS, é voltado para a violência. Da prefeitura é um trabalho de rede, nada voltado para o Serviço Social (Entrevistada: Ana).

Antes, não poderíamos deixar de pontuar que a formação profissional, pode e deve ser priorizada pelo profissional do Serviço Social que sem desconsiderar todos os percalços existe – que nos faria desistir no primeiro momento tamanha as dificuldade encontradas (a dureza da vida profissional, a falta de tempo, os custos financeiros para iniciar um curso de pós-graduação, etc) –, que a aproximação da teoria social crítica e de todo material técnico científico produzido na área do Serviço Social, mantendo assim, a continuidade de sua formação, não vincula-se somente e diretamente à universidade, pode constituir-se de pequenas ações – que podem e devem ser desenvolvidas entre os próprios profissionais, como a realização de grupos de estudo e pesquisa no próprio ambiente de trabalho.

E quando falando ainda sobre formação profissional, podemos citar a participação destes profissionais em debates fomentados nas Universidades, daí a importância de uma maior abertura das universidades a estes profissionais, que também podem participar de Oficinas, curso de curta duração, grupos de pesquisa e extensão universitária, condição imprescindível à aproximação com os docentes –

profissionais que diretamente estão ligados a organização, estrutura e desenvolvimento da formação de profissionais. Exemplo dessa iniciativa acontece na cidade de Ribeirão Preto, onde mensalmente é desenvolvida, através da iniciativa dos profissionais da cidade e da região, juntamente com o Grupo de Estudos da Universidade Estadual Paulista – FCHS/ câmpus de Franca – Teoria Social de Marx e o Serviço Social –, propuseram e desenvolvem um grupo de estudo e discussão sobre a profissão e o trabalho profissional do Assistente Social. Citamos ainda a importância da participação nos Encontros e Congressos desenvolvidos (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS); Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), e outros), a realização de capacitações nos moldes da que foi realizada pela Universidade de Brasília (UNB) e CFESS, cursos a distância, interativo e excelente qualidade, que possibilitou aproximar os profissionais dos temas em voga hoje na área, realizar debates, refletir sobre a realidade e desenvolver pesquisa, condição fundantes de uma boa qualificação.

Com isso, encerramos nossa análise até aqui, onde buscamos apreender o mais fiel possível o contexto de desenvolvimento de trabalho dos assistentes sociais entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso que seguimos até aqui teve um único objetivo: compreender mais profundamente o exercício profissional do assistente social que através da pesquisa demonstrou a importância de um debate qualificado sobre a teoria e prática no Serviço Social.

Primeiramente gostaríamos, mais uma vez, de ressaltar que o contexto social, econômico, político e cultural com suas contradições – resultado deste modo de produção capitalista com a produção de riqueza e suas formas de apropriação que agudiza a questão social - impõe à profissão inúmeros desafios cotidianos, influencia e determina o agir profissional e define o perfil dos usuários atendidos pela Política de Assistência Social. Portanto, é fundamental entender a questão social enquanto relação capital *versus* trabalho, construído sob as condições do modo de produção capitalista, que se mantém da exploração do capital sobre o trabalho, superando a visão que destaca aspectos como a pobreza, a miséria, como sendo a própria questão social e não enquanto reflexos da questão social.

Sabidamente, na sua grande maioria, os profissionais são “executores terminais” das políticas sociais – criada unicamente para amenizar a questão social –, as que, por sua vez, são apenas repassados de maneira engessada, sendo os assistentes sociais “gerenciadores” dessas políticas comprovadamente com tendência privatista e focalista

Outra importante questão que surge desse debate é a equivocada compreensão sobre teoria e prática (e vice versa) como unidade distintas, o que é impensável quando se considera a práxis profissional. Sendo assim, a teoria, portanto, reconstrói o movimento do real, comprometida em desvelar as particularidades presentes na realidade. Este compromisso implica na compreensão da teoria social crítica que oferece um arcabouço teórico para a realização de uma análise mais aprofundada da realidade, necessariamente contraditória, à medida que a profissão está inserida e foi gestada e legitimada nesta sociabilidade. Por isso, ainda permanece em seus aspectos a lógica de seu surgimento, permeado por um perfil conservador. Contudo, essa teoria possibilita compreender também algumas categorias que a compõe e a define: o método, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva revolucionária historicamente possível. Tais eixos estruturantes, certamente não limitados à profissão, nos ajudam a conhecer e pensar o homem enquanto ser social e o trabalho como categoria fundante da vida humana ainda na

sua relação com ele mesmo e com a natureza. Sendo assim, é impossível negar a importância da teoria social, não apenas na compreensão da realidade imediatamente posta, no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas também como possibilidade de reflexão sobre essa realidade e o fomento de respostas mais qualificadas que possibilitem superar a situação vivenciada pelo indivíduos identificando possibilidades reais.

Nessa direção, é preciso entre tantas coisas, ao assistente social, adotar uma postura profissional com clara direção sociopolítica, que esteja preocupada com o Projeto Ético-Político Profissional, antes de tudo comprometido com a realização de transformações e mudanças na realidade, com a qualidade dos serviços oferecidos e que concretamente responda as demandas que chegam cotidianamente ao assistente social, sem que sejam ações engessadas, mas como direção social.

É necessário também que a formação profissional não seja restrita aos anos de graduação, mas seja contínua após a sua conclusão. No entanto, é muito importante um debate sobre qual formação profissional estamos falando e que ela resulte na permanente aproximação destes profissionais com a teoria social crítica, condição necessária à interpretação da realidade social com suas contradições e determinações, na direção da construção de uma nova ordem social.

Quanto a formação profissional para ser qualificada, deve priorizar as diretrizes curriculares da profissão, sempre com o compromisso com uma sociedade livre de desigualdade, alienação e de exploração, contidos no Código de Ética. Esta formação precisa se posiciona quanto a mercantilização do Ensino Superior – levantando debate e reflexão sobre a qualidade dos cursos oferecidos, principalmente dos cursos superiores a distância (EAD) - não somente na área do Serviço Social – que nos moldes da sociedade capitalista, se configuram numa educação “fast food”, como se manifestou o conjunto CFESS/CRESS.

Dessa forma, é urgente a discussão da formação profissional que deve sempre priorizar conteúdos vinculados às diretrizes e competências no âmbito técnico, crítico-teórico e compromisso ético-político, condição indispensável a uma intervenção mais qualificada – sem messianismos – percebendo as possibilidade reais – pois sem dúvidas são inúmeros os desafios impostos à efetivação do trabalho do assistente social. Diante dessa constatação é preciso uma formação profissional baseada na pesquisa, nos estudos permanentes, na investigação

voltada para levantar demandas e, conseqüentemente, a realização de uma intervenção mais qualificada.

Uma formação competente implica ainda participar ativamente dos debates em voga, aproximar-se dos órgãos de representação da profissão, envolvimento e defesa e a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de renda, o que para esta categoria profissional também significa lutar contra o ranço advindo de sua gênese, além de “batalhar” pela efetivação do piso salarial. Implica, ainda, conhecer e participar da defesa dos movimentos sociais, fomentando a participação e o controle social das ações desenvolvidas, criticando e debatendo as políticas sociais.

Quanto ao debate sobre a teoria e a prática, espinha dorsal de nossa pesquisa, a lacuna ainda permanecerá enquanto for mantida a equivocada compreensão de que a teoria e prática - aplicadas eficazmente – serão capazes de gerar uma intervenção profissional competente, pois o nó não está na presença ou ausência de uma metodologia profissional, mas sim nas insuficientes condições de trabalho desses profissionais, além, é claro, como já falado, no próprio desenvolvimento da profissão e nas transformações advindas desse modo de produção capitalista que se configura atualmente na fase monopolista.

Trazer estas discussões sobre o exercício profissional do assistente social é ainda contribuir com a qualificação do trabalho desenvolvido pelos profissionais e em específico pelos informantes desta pesquisa, esclarecendo ainda que não existe uma relação causal, entre teoria e prática, onde é atribuído à teoria a definição de método, como um modelo que se aplica à prática, como objetivo de respondê-la. O método, na perspectiva marxiana, significa um conjunto de procedimentos que ordenados possibilita a reconstrução do movimento da realidade, visando desvelar a essência do objeto materialmente existente.

Caminhando para a finalização de nossa análise – sem esgotar o debate – ressalva-se a importância que o Código de Ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão e a Lei de Diretrizes Curriculares – componentes de uma dimensão ético-política e teórico-metodológica – que inspira e orienta a atuação profissional do assistente social (munidos de conhecimento ético, teórico, ideológico, político e prático) – numa direção contrária, tensiona na construção de uma nova

sociabilidade onde homem enquanto ser social tenha prioridade na defesa, ampliação e garantia de seus direitos.

Por fim, destacamos que a partir da compreensão de todo esse processo, aqui brevemente exposto, é possível perceber as contradições concretamente existentes na realidade e sem “ilusões quixotescas”, perceber que as condições reais de mudança - do que está instituído (muitas vezes interpretados como impossível de mudar) - estão postos na própria realidade o que exige desse profissional sério compromisso ético, político, teórico e prático.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Augusta. Reflexões sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social. In: CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira Alves. Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 92, p. 22-42, nov. 2007.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABESS : CEAD : Ed. UNB, 1999.

BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et. al. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Básica de serviço social; v. 2).

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 27-32, 1998.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa, et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, p. 17-42, 1986.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989.

CERVO, Arnaldo L.; BERVIAN, Pedro A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que política social**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros passos, n. 168).

_____. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 20-28, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2000.

LÖWY, Michael. **O positivismo ou o princípio do Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociedade do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1994.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito**: conceito, objeto, método. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o novo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 57, p. 133-148, jul. 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso da abordagem qualitativa na pesquisa em Serviço Social. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Núcleo de pesquisa).

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneiras, 2001.

MICHAELIS. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. 2000. (Dicionários Michaelis).

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 114-130, nov. 1997.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 27, n. 87, p. 163-177, set. 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULO NETTO, José. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CFESS : ABESS : CEAD : Ed. UNB, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30 p. 89-102, abr. 1989.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Desafios e demandas contemporâneas para o Serviço Social. **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, n. 19, p.11- 29, 1998.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da. Elaboração de projeto de pesquisa. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009a

_____. Monografia final. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009b.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1983.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, Jeanete L. Martins de. **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? 2010. Tese (Livre-Docência em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

_____. Violência, Serviço Social e formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 133-147, 2004.

_____. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. **Serviço Social & Realidade**, Franca, n. 14, v.2, p. 133-154, 2005.

TAVARES, Maria Augusta da Silva. O debate contemporâneo acerca da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 92, p. 118-138, nov. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. **Caderno ABONG**, São Paulo, n. 30, p. 39-54, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL

1. Apresente brevemente sua trajetória profissional.
2. Após a conclusão da graduação, você teve experiências de capacitação e estudos do Serviço Social?
3. Quem são, para você, os sujeitos atendidos pela Assistência Social?
4. Exemplifique por meio de experiências profissionais vivenciadas, qual/quais é/são o/os propósito(s) da prática profissional do assistente social?
5. Quais são os elementos necessários para subsidiar a prática profissional do assistente social na atual conjuntura? Explique.
6. Fale sobre a Política de Assistência Social no cenário brasileiro e quais os reflexos no trabalho desenvolvido pelo Município? Exemplifique.
7. Quais os limites e possibilidades de sua atuação profissional do assistente social?
8. Na sua opinião, existe uma ligação entre a questão 6º e 7º? Exemplifique através de uma intervenção cotidiana.
9. Qual sua opinião, sobre teoria e prática? Existe uma relação entre elas e o trabalho profissional do assistente social? Exemplifique.
10. Você acredita que elas delimitam e/ou encaminham metodologicamente a intervenção profissional? Explique em caso positivo ou negativo.
11. Qual sua visão, sobre a profissão, no atual cenário brasileiro?
12. Você acredita que o trabalho profissional possui dimensão ético-política? Em caso afirmativo, quais as referências para isso?
13. Alguma observação relevante ou que não tenha sido contemplada nas questões apresentadas.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“Entre o Real e o Ideal: subsídios para a reflexão sobre o exercício profissional do assistente social e a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social”**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Tatiana Freire da Silva**, do curso de **Pós-Graduação em Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **José Fernando Siqueira da Silva**, pertencente ao quadro *docente* **“Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho”**. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

 Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável
 Nome Tatiana Freire da Silva
 Endereço: Rua Jonas Pugas, 151 – Bairro: Paraíso I
 Tel: (16) 3945-5183
 E-mail: fstatian@yahoo.com.br

 Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) José Fernando Siqueira da Silva
 Endereço: Rua Luis Leporaci, 1315 Ap 101 Bloco 1
 Franca/SP- CEP 14409-160
 Tel:(16)91499804
 E-mail: jfernandoss@franca.unesp.br ou jfernandoss@terra.com.br